



# Anais da Assembléia

Nº 137

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 1º DE DEZEMBRO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 129ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 1983.

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Nestor Baptista, secretariada pelos senhores deputados Augusto Carneiro e Márcio Almeida.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 160/83

Curitiba, 29 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para afastar-me do País, por algumas horas, que poderão se estender entre os dias 11 e 12 de dezembro próximo, a fim de, como convidado especial, comparecer às solenidades de posse do dr. Ricardo Barrios Arrechea, eleito para o cargo de Governador da Província de Misiones, Argentina, a serem realizadas em Posadas, Capital daquela Província.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) JOSÉ RICHÁ

Indicação:

## INDICAÇÃO

Senhor presidente.

Na qualidade de Líder do PDS, indico para comporem a

Comissão de Inquérito, encarregada da repressão do jogo do bicho, os seguintes srs. deputados:

MEMBROS EFETIVOS:

Jorge Maia

Tércio Albuquerque

Donato Gulin

SUPLENTE

Tuguio Setogutte

Gabriel Manoel

Gilberto Carvalho.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a consagração de voto de congratulações do povo do município de Palotina, tendo em vista as comemorações do 22.º aniversário de sua emancipação política.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(aa) GERNOTE KIRINUS e SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Iniciam-se no dia 02 de dezembro as festividades alusivas ao 22.º aniversário de emancipação política de Palotina. Não poderíamos permitir que, neste Poder, a data passasse em branco, considerando o laborioso povo daquele município que nunca mediu esforços para colocar a sua cidade entre as mais progressivas do Estado.

Nos 22 anos de emancipação política, Palotina viveu uma transformação espetacular em todos os níveis, fazendo com que todos aqueles que passaram por suas divisas sintam o ar de trabalho, dedicação e progresso, proporcionados por um povo ordeiro e trabalhador. Características que propiciaram ao município uma considerável força econômica contribuindo, principalmente, na produção agrícola, arrecadando divisas para o Estado e para o País.

## REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consagração na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do 20º aniversário de emancipação político-administrativa do município de Mariluz, ocorrido no último dia 29, com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo senhor prefeito municipal, Joaquim Lopes Gutierrez, ao presidente da Câmara Municipal, excelentíssimo senhor Francisco Inácio Leite e aos excelentíssimos senhores presidentes dos partidos políticos existentes na cidade.

Com uma população que ultrapassa os treze mil habitantes, Mariluz constitui sua economia sustentada nas atividades agrícolas e agropecuárias, cujo porte tem-se elevado constantemente, como conseqüência dos aumentos da produtividade, justificando sua grandiosa vocação para aquele setor. Tal conjuntura poderia ser ainda maior, se não existisse uma política agrícola que, na verdade, só beneficia os grandes monopólios agropastoris, fazendo com que os proprietários de menor porte ficassem à mercê de auxílios justos. Esta situação acarretou como ainda acarreta vários problemas

também naquele município, onde dentre as consequências está o êxodo rural, onde a população total em 1970, era de 23 mil, havendo uma diminuição especialmente na zona rural.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de louvor e agradecimento, ao ilustríssimo senhor doutor Lauro Grein Filho, pelo magnífico trabalho que vem desenvolvendo na presidência da Cruz Vermelha do Paraná, no atendimento aos flagelados pela inundações que recentemente assolaram o nosso Estado.

Desde os primeiros dias da constatação do estado de calamidade pública em diversos municípios do Paraná, a Cruz Vermelha, fiel às suas tradições de trabalho humanitário incansável, em todas as regiões do planeta assolados por catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, pôs-se a campo para tentar minorar a aflição dos irmãos atingidos. Sob a liderança incansável do dr. Lauro Grein Filho, a captação e distribuição de recursos aos cidadãos mais atingidos, atingiu cifras bem além das expectativas, com mais de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros) angariados e repassados àqueles que mais sofreram durante o infausto episódio.

Nestas condições, o voto de louvor que ora propomos, tem como principal finalidade fazer patente ao homenageado os agradecimentos de todo o povo do Estado do Paraná, através de seus representantes nesta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: Gabriel Manoel

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de providenciar, com a máxima urgência, a recuperação da estrada no trecho compreendido entre a sede — Pau Oco, no município de Morretes, numa extensão de 10,6 km.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

### JUSTIFICATIVA:

A recuperação a que se refere o presente requerimento, já deveria ter sido executada dentro do programa do Prorural, tendo sido substituída por outros trechos, conforme Ofício n.º 997/83, expedido pela Secretaria de Estado dos Transportes.

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, senhor DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando providências com o objetivo de asfaltar o trecho da estrada que liga o município de Rio Branco do Sul a Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

### JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento do trecho da estrada que demanda o município de Rio Branco do Sul a Cerro Azul, é antiga reivindicação dos municípios daquela região.

Há de ser considerado os grandes benefícios que o melhoramento proporcionará a todos os segmentos da comunidade que se dedicam ao trabalho de produzir riquezas para o Estado, notadamente da área rural.

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, senhor DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando providências para que interceda junto ao DNER, com vistas ao asfaltamento da Estrada da Ribeira - BR-476, (antiga estrada Curitiba a São Paulo).

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

### JUSTIFICATIVA:

A Estrada da Ribeira foi a rodovia pioneira na ligação Curitiba a São Paulo, por vários anos.

Tratava-se da única estrada até então existente que possibilitava o escoamento das principais atividades produtivas do Estado em direção a São Paulo.

Após a construção da BR-116, aquela via ficou praticamente esquecida, trazendo em consequência, sérios prejuízos para todos quantos necessitam utilizá-la, tanto em época de tempo normal como em períodos de chuva.

Por isso, faz-se necessária a providência com a finalidade de asfaltá-la com a urgência possível.

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao presidente da Copel, senhor ARY VELOZO QUEIROZ, solicitando seja estendido o programa de eletrificação rural ao município de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

### JUSTIFICATIVA:

A eletrificação rural se constitui hoje, num dos principais objetivos do programa do Governo do Estado.

Além do aspecto social com a fixação do homem em seu meio rural, destacam-se os fatores que possibilitam o desenvolvimento com base em técnicas modernas das atividades agropecuárias, no seu todo.

Há melhora da produtividade e do padrão de vida daqueles que se dedicam à missão abnegada de produzir alimentos, tanto para o consumo interno, como para exportação.

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, sr. Deni Lineu Schwartz, no sentido de autorizar a construção de piso de concreto da ponte sobre o Rio Marumbi, no município de Morretes, na localidade de Pedra Preta, de uma vez que os pilares da referida ponte se encontram em bom estado de conservação.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor diretor presidente da Copel - Companhia Parana-

ense de Energia Elétrica, através do excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, objetivando a realização de estudos no sentido de se efetuar uma avaliação no sistema de distribuição de energia, localizado no distrito de Borbônia, pertencente à municipalidade de Barbosa Ferraz.

De iniciativa do senhor Luiz Jagielski, diretor da escola Arnaldo Conegliam, tal reivindicação se dá pelo fato de que atualmente aquela comunidade, possui em sua distribuição de energia, uma baixa potência, necessitando uma ampliação de tal força, tendo em vista que as condições atuais, fazem com que vários aparelhos tenham seu funcionamento bastante afetados, havendo até mesmo casos em que nem isso é possível.

Espera-se, pelas razões ora discorridas, que a Copel, através dessa Secretaria de Estado do Interior, possa tomar, o mais urgente possível, medidas que possibilitem a eliminação daquele problema.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento do trecho IVATÉ-ICARAÍMA, numa extensão de 22 km.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE.

#### JUSTIFICATIVA:

Em virtude da inauguração do trecho Nova Olímpia Douradina-Ivaté, é que solicitamos o seu prolongamento até Icaraíma, o que, além de ser mais uma ligação asfáltica que se fará no Noroeste do Estado, trará imensos benefícios ao escoamento da grande produção de cereais produzidos naquela região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento do trecho ICARAÍMA PORTO CAMARGO, numa extensão de 15 km.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE.

#### JUSTIFICATIVA:

No percurso entre Presidente Epitácio a Guaíra, o único local que oferece condições de travessia de balsa, é nesse Porto, pois, quando das últimas enchentes que assolaram nosso Estado, somente aquele local dava condições de passagem, sem contar com tudo isto, a melhor ligação entre o Mato Grosso do Sul e o Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a vossa excelência, após ouvir o Plenário desta Casa, que se envie expediente a excelentíssima senhora secretária da Educação, solicitando a construção de um muro ao redor da Escola Estadual Dr. Rebouças, no município

de Rio Bom.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A construção de um muro ao redor da Escola Estadual Dr. Rebouças se justifica por estar a referida escola em rua de grande movimento o que tem causado grande apreensão dos pais e professores com o risco de acidentes a que os mesmos estão expostos.

Justifica-se, ainda, pois que a própria escola está em completa insegurança.

Anexo solicitação da diretora da escola em tela.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, objetivando o retorno de um local para o encaminhamento de solicitação para obtenção de Cédulas de Identidades, no município de Roncador.

A Câmara Municipal de Vereadores de Roncador, em sessão ocorrida no último dia dezoito do corrente, aprovou requerimento do excelentíssimo senhor vereador Joaquim Rodrigues da Silva, onde este afirmou a real necessidade de haver um retorno de tais serviços àquele município, que em outra ocasião existia. Além do mais, a forma de serviço prestado atualmente é deficiente, sendo que os responsáveis por aquele setor, vão a Roncador periodicamente, havendo, portanto, constantes atrasos.

Pelas razões ora discorridas, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma avaliação a respeito da iniciativa do nobre vereador Joaquim Rodrigues da Silva.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, objetivando a construção de um ginásio de esportes para a municipalidade de Araruna.

De iniciativa do excelentíssimo senhor Osvaldo Valarini, prefeito Municipal de Araruna, este afirma a real necessidade de imediatamente ser construído um ginásio de esportes, tendo em vista que aquele município não possui um local adequado para as inúmeras práticas esportivas. Ademais, esta realidade faz com que a juventude em especial, fique muitas vezes impedida de adquirir um maior rendimento, a fim de fazer frente às competições de diversos níveis.

É sabido que dentre os vários objetivos daquela Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, destaca-se o incentivo às competições esportivas, com a construção de locais apropriados para que eles possam então, se desenvolverem, sendo sem dúvida, oportunidades de promoverem o congrassamento entre as comunidades.

Espera-se portanto, que medidas se dirijam, no sentido de

possibilitar a concretização do que ora é exposto.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado das Finanças, objetivando a liberação de recursos para o pagamento de dívidas diversas contraídas em gestões administrativas anteriores, bem como para viabilizar a execução de futuras obras previamente planejadas no município de Ubiratã.

É sabido que aquele município tem recebido poucos recursos, se comparados às reais necessidades do mesmo, em saldar diversas dívidas contraídas no passado, aplicados por muitas vezes, de forma errônea, por estarem distantes das aspirações da sociedade de um modo geral, além de algumas que ainda não tiveram sua conclusão. As mudanças de diretrizes dos planos de trabalho em termos de Executivo Municipal nessa nova fase do governo, também a nível estadual, só poderão ser possíveis, se existirem à disposição de recursos, ao menos para a realização de obras prioritárias.

Tal conjuntura nada mais é do que um dos inúmeros reflexos da crise econômica vivenciados por todos, onde sem dúvida alguma, as maiores conseqüências são sentidas pelos municípios como o de Ubiratã, ante às formas de arrecadação e distribuição dos tributos, cuja parcela, fica em sua maioria, concentrada no governo federal, que por sua vez, não os repassa através de critérios baseados no bom sentido e justiça.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Agricultura, objetivando a realização de estudos no sentido de promover a construção de microbacias em todos os municípios da microrregião 12 - (Comcam).

A ausência de diretrizes voltadas para a proteção do meio ambiente constitui grande lacuna que, sem dúvida, é uma das mais graves, havendo conseqüências danosas no que se refere ao aspecto social.

Hoje, os solos agricultáveis usados indevidamente, em face da aplicação de produtos agrotóxicos e fertilizantes em especial; a ausência ou uma ação de práticas de plantio, colheita; a conservação da camada arável da terra, são os principais, dentre os diversos motivos que abalam a estrutura ambiental, notadamente no setor agrícola, decorrentes da falta de uma linha conscientizadora dos Órgãos, para essa finalidade.

A falta de um planejamento que preserve os mananciais hídricos constitui outro fato de enorme gravidade, colocando constantemente em risco a saúde e o bem-estar das populações urbanas e rurais em todo o Estado do Paraná, como no País.

Dessa forma, faz-se necessário que eficazes medidas sejam discutidas e principalmente postas em prática, como forma de possibilitar o procedimento correto da agricultura, destacando-se como prioridade, a execução de planos no sentido de se criar as microbacias a nível de cada localidade.

Nesse sentido, todos os municípios da região de Campo Mourão, necessitam da implantação de tal benefício, a fim de permitir o escoamento superficial das águas oriundas das precipitações para em determinado canal, córrego, rio ou riacho.

Devem, no entanto, ser levadas algumas considerações indispensáveis, como qual é a estrutura do solo, da área a ser contemplada, o tipo de exercício das atividades agrícolas, assim como a variação do manejo da camada arável da terra, o espigão a foz e a mecanização.

Ademais, é inegável atualmente o interesse na busca de alternativas para as soluções dos problemas ora vivenciados.

Espera-se, portanto, por parte daquela Secretaria de Estado da Agricultura, através dos seus organismos competentes, que se iniciem estudos apropriados em cada município, de acordo com a conjuntura sócio-econômica dos mesmos.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### Projeto de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 129/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE.

Art. 1º — Fica assegurado o direito de readmissão no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa aos funcionários estatutários demitidos, a qualquer título, entre 1º de janeiro de 1964 e igual data de 1970.

Parágrafo único: Os ex-funcionários beneficiados pelo art. 1º deverão, dentro de um prazo improrrogável de noventa (90) dias, da publicação desta resolução, requerer à Comissão Executiva, que baixará ato de readmissão.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

#### Apoiamento:

Tadeu Lúcio Machado, Gilberto Carvalho, Gabriel Sampaio e Tuguio Setogutte.

#### Projeto de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 242/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1º — Fica concedido o título de CIDADÃO BENE-MÉRITO DO PARANÁ ao pastor NILSON DO AMARAL FANINI.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1983

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

As crises que tão profundamente afetam a família e, conseqüentemente, a sociedade brasileira, somente poderão ser vencidas pela conjunção de esforços de pessoas bem intencionadas e, sobretudo, de elevada espiritualidade.

Certamente, se muitos se dedicassem a alcançar estas qualificações ou a ajudar outros a atingi-las, o mundo estaria melhor. Os seres humanos se entenderiam. A paz seria duradoura.

Poucos há, entretanto, que se ressaltam neste altruístico "desideratum". A maioria busca seus próprios caminhos e interesses, pouco se importando com os problemas de seus semelhantes.

O Pastor Nilson do Amaral Fanini, porém, entusiasmamente se coloca na linha de frente para que a humanidade seja mais feliz anunciando com vigor as mensagens do Evangelho de Cristo através dos programas "Reencontro" transmitidos por uma cadeia de 110 emissoras de televisão e 45 de rádio, das cruzadas evangélicas, das conferências, das palestras, das pregações e livros de notáveis conteúdos.

Este extraordinário trabalho do eminente e culto curitibano, possuidor de "curriculum vitae" dos mais brilhantes, como pode ser visto em anexo a esta justificativa - foi reconhecido por Casas Legislativas, Governos Estaduais e municipais, bem como autoridades de outros países. Assim seu nome está gravado nas páginas da história de diferentes povos, contando-se entre os Títulos que recebeu:

-Cidadão Niteroiense

Comenda de "Coronel", conferida pelo Senado de Kentucky-USA

-Membro da Academia Evangélica de Letras

-Cidadão Nilopolitano

-Titular Perpétuo da Academia Fluminense de Educação

-Cidadão Caxiense

-Título de Cidadão Benemérito do Estado do Rio de Janeiro, conferido pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro

-Cidadão de São Luiz, no Maranhão

-Comendador da Ordem do Mérito Araribóia-Niterói. Foi distinguido, também, com as seguintes medalhas:

-Medalha do Estado da Guanabara

-Medalha do Estado do Rio de Janeiro - Tribunal de Contas

-Medalha do Sexquicentenário, conferida pelo Senado Federal

O Paraná que muito se orgulha de seu filho, hoje de renome internacional, e que o recebe frequentemente para ouvir as mensagens de fé e esperança - ao vivo e pelas ondas de quatro emissoras de televisão - com a aprovação deste projeto de lei e sua sanção - poderá também consignar o seu reconhecimento.

O SR. PRESIDENTE-(Nestor Baptista) Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência anuncia a vista a este plenário do Sr. João Albino de Oliveira do PDS, de Barracão.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caito Quintana, inscrito.

O SR. CAITO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realizamos, nesta Assembléia Legislativa, um encontro da Comissão de Terras visando uma análise ampla do problema fundiário do Paraná. O assunto que mereceu maior destaque foi o problema dos sem-terra da Fazenda Anini, de Marmeleiro, ameaçados por medida judicial de despejo, nos próximos dias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Fazenda Anoni, incrustada em Marmeleiro, com uma área de, aproximadamente, 3.600 hectares, numa região de minifúndio onde a pequena propriedade se faz presente; área nunca aproveitada para a agricultura foi ocupada por homens de origem agrícola que queriam trabalhar. Homens que, com todo sacrifício, morando em barracos, fazendo o parto dos seus filhos, sem assistência médica, sem alimentos, sem ferramentas próprias para a agricultura, lançaram-se ao

trabalho e conseguiram tornar verde, pela produção, uma área improdutiva; aproximadamente 1.800 hectares da lavoura foram plantados. E existe, hoje, uma expectativa de colheita que bem demonstra a importância da terra para que nela trabalhar até mesmo para aumentar a produção agrícola nacional. Aproximadamente 500 toneladas de feijão deverão ser colhidas nos próximos dias; aproximadamente 250 toneladas de arroz serão colhidas nos próximos dias; mais de 30 mil quilos de mandioca estão plantados sobre essa área. Infelizmente, a medida judicial põe em pânico todos esses trabalhadores, ameaçados que estão de despejo antes mesmo de efetuarem a sua colheita. Não queremos, senhor presidente, senhores deputados, entrar no mérito da questão judicial que envolve os sem-terra da Fazenda Anoni. O que queremos é levantar nossa voz, nesta Assembléia, pedindo às autoridades competentes que valorizem o trabalho desses homens; que procurem, sr. presidente, srs. deputados, respeitar o direito de colher aquilo que plantaram porque fica uma pergunta no ar: se despejados os sem-terra da Fazenda Anoni nesta expectativa de safra que eles têm, a quem ficará a produção? Aos proprietários? Aos pseudo proprietários da área que, digo, porque ela já foi desapropriada pelo próprio INCRA para fins fundiários? Que nunca plantaram e que colherão o fruto do sacrifício de centenas, de milhares de trabalhadores que querem um pedaço de chão para morar? Mais do que justo, é humano, que os sem-terra da Fazenda Anoni tenham, ao menos, o direito de fazer a colheita daquilo que plantaram, senão nós estaremos negando o próprio trabalho porque esses homens de origem de agricultura não estão a perturbar as cidades, os lares, as famílias; não estão a assaltar, a roubar, como tantos outros já desesperançados na tentativa de sustento dos seus. Esses homens, bem ou mal, amparados ou não pela lei, estão trabalhando com as forças que Deus lhes deu para poderem sustentar a família, dignificando o trabalho, aumentando a produção, valorizando o seu serviço. Fica uma vez mais, desta tribuna, o nosso apelo para que os órgãos competentes pela execução dessa medida não a efetuem antes, ao menos, de conceder aos sem-terra da Fazenda Anoni o direito de colher aquilo que plantaram, até porque no julgamento atual, que deu ganho de causa aos proprietários da fazenda, houve um recurso do INCRA e nós estamos apelando ao Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários que interceda junto para revogação da medida, permitindo dessa forma que esses homens que trabalharam possam colher a sua produção e que, posteriormente, se julgue a quem de direito o litígio que lá se encontra.

Esperamos contar com o apoio dos nossos Pares, dos nossos Companheiros de Casa para podermos, valorizando o trabalho, reconhecermos o valor desse serviço e a condição humana daqueles que lá estão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE- (Nestor Baptista)- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"De acordo com o artigo 1.º da Lei n.º 7.730, de 5 de setembro deste ano, a qual dispõe que aos professores dos estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º graus caberá a escolha e adoção do livro didático, este processo de escolha deverá ser regulado por Decreto do Poder Executivo, no prazo máximo de 90 dias após a publicação da presente lei.

Vencendo o referido prazo, na próxima segunda-feira,

dia 5 de dezembro, e não tendo havido até o presente momento qualquer atuação por parte da Secretaria do Estado da Educação venho hoje a este tribuna no sentido de solicitar prioridade absoluta por parte daquele órgão, no encaminhamento da regulamentação da Lei n.º 7.730, para que o mais rápido possível sejam atendidos os objetivos daquele documento legal.

Os elevados preços dos materiais escolares têm contribuído de modo decisivo para o agravamento da já negra situação da educação; num País em que o analfabetismo chega a 26 % de sua população total (índice oficial), a manutenção dos filhos na escola torna-se uma temeridade diante dos preços proibitivos alcançados pelos livros didáticos. No entanto, esta conjuntura poderia ser atenuada, se os livros didáticos pudessem ser reaproveitados por outros alunos nos anos seguintes, proporcionando que em famílias grandes de baixa renda, o mesmo livro didático fosse mais de uma vez usado por vários irmãos.

Mas, o que se constata, senhor presidente, senhores deputados, é que são raros os livros didáticos que permanecem adotados por mais de dois anos, situação esta que acarreta para o aluno e para a sua família um desembolso a mais em seus orçamentos.

Os objetivos da Lei n.º 7.730, de nossa autoria, é justamente contornar a situação de contínua majoração do livro didático, atenuando-se assim o custo de formação do estudante nas Escolas Públicas de nosso Estado; além do mais, nasceu esta lei aliada à atual tendência de se encontrarem formas capazes de propiciar uma fiscalização acessível aos educandos de todos os níveis, notadamente na quadra presente, que a todos nós está exigindo austeridade face aos problemas sócio-econômicos.

A consecução destes objetivos será atendida, desde que, de acordo com o artigo 2º, da citada lei, o livro didático adotado nas escolas da Rede Pública Estadual, só possa ser substituído após decorrido o prazo de 4 anos. A excepcionalidade com relação a este prazo, caracterizar-se-á mediante razões plenamente justificadas com a aprovação da Direção da Escola, ouvido o Conselho Estadual de Educação e com expressa autorização da Secretaria de Estado da Educação.

Por todos os motivos expostos, temos a plena convicção de que a rápida regulamentação desta lei por parte da Secretaria competente, vem de encontro às aspirações da classe estudantil e do povo paranaense em geral. Solicito, portanto, mais uma vez, urgência e prioridade na regulamentação da Lei n.º 7.730, a qual dispõe sobre a escolha e adoção do livro didático nas Escolas Públicas do Estado".

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) -

Concedo a palavra, no Grande Expediente, o sr. deputado José Fonseca, inscrito.

O SR. JOSÉ FONSECA — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

"1.- Quando a CIVILIZAÇÃO HUMANA chegou à nossa geração, conduzindo a inteligência do homem para a exploração e o conhecimento do Universo, mostrando que já tomamos posse plena deste Planeta; e por conseguinte, a comunidade humana estreitou de tal forma os seus relacionamentos interpessoais que não há mais espaço dentro da evolução intelectual alcançada, para se montar um regime de governo através de "concepção" de grupos governantes, que tenha na discriminação da compostura sócio-cultural, na discriminação de idéias, na discriminação da conduta política, na discriminação do estilo de comunicação e na discriminação das posições de lideranças no contexto doutrinário da nação, os seus fundamentos ideológicos, como partícipe desta geração e

orgulhoso dessa evolução alcançada pelas criaturas inteligentes, "eu me confesso envergonhado perante o mundo", ao ocupar esta tribuna para denunciar à História, nos anais desta Casa, a "concepção política" do GOVERNO COMANDATÁRIO que, assentado sobre o cadáver do Presidente da República que fizeram morrer no exílio, para, sob a espoliação do poder e o aniquilamento da ORDEM INSTITUCIONAL desta República, se locupletarem contra a nação, impor uma "Lei de Segurança Nacional" — Lei 6.620/78 — a qual transcede todos os limites de IMBECILIDADE, de TORPEZA e da agressão dos que são apenas prepotentes e têm armas para executarem as suas torpezas contra esta nação que por gênese histórica, cultua os VALORES DO ESPÍRITO, buscando o equacionamento de sua existência, pelo exercício da fraternidade nacional, na pluralidade ideal das propostas doutrinárias que constituem esta CIVILIZAÇÃO.

2 — Com efeito, a Lei de Segurança Nacional, se fosse a expressão de honra dos comandos revolucionários que a editaram, em defesa da: "Soberania nacional", "Integridade territorial, Regime representativo e democrático, Paz Social e Prosperidade Nacional" conforme está em seu texto, já teria posto na cadeia o general Presidente, até todos os seus ministros e assessores.

Mas, como observou o saudoso Theotônio Villela: "ELA É APLICADA NÃO AOS SEUS INFRATORES, MAS SIM, ÀQUELES QUE OS DENUNCIAM". Porque não estão na cadeia os que mercadejam os trabalhadores brasileiros nos balcões internacionais da agiotagem internacional; não estão na cadeia, os que engordam suas contas azuis nos bancos suíços à custa do volume ascendente da dívida do país; não estão na cadeia, os que compram ilhas nos mares, para nas mansões que constroem sobre elas, gozarem orgias e bacanais de fins de semana, a custa do fundo de garantia que é descontado dos salários dos trabalhadores, do "Finsocial" que esvaíza o poder aquisitivo do mercado consumidor interno, do imposto de renda descontado na fonte, e de onze trilhões de cruzeiros das cadernetas de poupança, constituídas pela economia dos que não têm mais nenhum outro tipo de esperança patrimonial, neste país do "milagre capitalista"; não estão na cadeia, os ministros que singram os oceanos, veraneando nas praias do sul, em seus iates particulares, a custa da mortalidade infantil já na casa de mais de três milhões de crianças por ano, porque esses ministros precisam do alimento que a nossa terra produz para elas, para manterem com esses alimentos, o equilíbrio de suas contas externas, em nome de uma negociação privada que tem o Brasil como responsável; não estão na cadeia, os que jogaram este país a essa revolução social executada através do saque e da violência popular em busca do dinheiro para comprar o remédio e do alimento para matar a fome, e a esta depressão econômica que está acabando com o parque empresarial da nação, através das falências e concordatas; não estão na cadeia, os que mandaram o empresariado brasileiro contrair empréstimos em dólar no exterior, para investimentos na área de expansão de produção, já com o golpe da máxi-desvalorização do cruzeiro e da deflação diária do dólar, preparada, por cujo expediente estrangularam o desenvolvimento vegetativo que levava a história deste país sobre os ombros; não estão na cadeia, os que desfalcam as nossas riquezas geológicas, operando o maior contrabando e desperdícios de metais preciosos, nos garimpos que se abriram por todas as jazidas do país; não estão na cadeia, os que venderam Carajás para um senhor norte-americano, com total afronta ao respeito que merecem as riquezas naturais da Pátria; não estão na cadeia, os responsáveis pela segurança de fronteiras, que permitem essa devassa feita por invasores internacionais, no Pantanal matogrossense onde devassam a nossa fauna; não estão na cadeia, os presidentes, ministros e ocupantes de cargos federais que impõem uma conduta pessoal que inspire



confiança nos segredos de estado inerentes aos respectivos encargos, e que vão dirigir multinacionais, justamente aquelas que precisam conhecer os nossos segredos industriais e os nossos esforços no campo das pesquisas científicas e tecnológicas, que ficam, durante o tempo da função ocupada por eles, sob a gestão desses presidentes, ministros e assessores; não estão na cadeia, os que invadiram nossos campus universitários e ali fuzilaram crianças ainda, que sequer sabiam qual a diferença entre dizer que eram "maometanas", "fã de rock", "transviadas", ou "comunistas"; não estão na cadeia, os que esquarteraram jornalistas nas dependências do DOI-CODI; não estão na cadeia, os que silenciando pela censura, a intelectualidade brasileira, assassinando jornalistas, fuzilando estudantes, em nome do "combate ao comunismo ateu", foram desmascarados pelo financiamento que promovem ao "comunismo ateu" da Polônia; não estão na cadeia, e nem sob investigação, os que, manipulando os números nos computadores da Seplan, arranjando fórmulas gráficas e índices frios com os quais compunham no papel, o "milagre econômico delfiniano", arrancaram quantias fabulosas, nos bancos externos, e que hoje, nem tem para devolver e nem sabem dizer à nação onde as colocaram, mas que, as próprias hostes revolucionárias, denunciam que foram para contas azuis dos bancos suíços, em forma de comissões; não estão na cadeia, e nem está em investigação, a MÁFIA TECNOCRÁTICA que produz nos bastidores, as "Razões de Estado", para que as OLIGARQUIAS DO PODER realizem comodamente o LOCUPLETAMENTO DE GOVERNO que afundou este país, na insolvência interna e externa, mas que em contra-partida, fez florescer uma sociedade paralela de "senhores intocáveis", e de "senhores agraciados com as maiores regalias de vida" deste planeta.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, a Lei de Segurança Nacional, tanto a vigente, quanto o projeto atual, que é redacionada contra todos esses delitos que a MÁFIA TECNOCRÁTICA sustenta nos bastidores, e as OLIGARQUIAS DO PODER praticam no picadeiro a que virou esta República, mantém na cadeia o professor Juvêncio Mazzarollo, que cumprindo o sacerdócio de alfabetizar crianças nesta nação que tem na cultura, o maior inimigo do regime, ensinava nas escolas de Foz do Iguaçu, em cujo meio, a sua alma carregada de sensibilidade humana, não aguentou assistir passivamente a miséria das crianças brasileiras que são reprovadas por pura desnutrição, e, como jornalista, bradou o berro decidido dos heróis, quando se oferecem ao holocausto direto da condenação como exemplo, para que os abutres que precisam de vítimas para suprirem o seu momento de massacres, com todas as orgias dos primatas; os quais, da mistura da covardia com a ganância, tiram a sua "justiça" com sofisticação da tirania que exercitam por autoridade contra a nação. Essa Lei de Segurança Nacional, que é infringida item por item, pelas hostes governamentais, imunes aos seus efeitos penais, conserva na cadeia, os padres, Aristides Camio e François Gouriou, porque, tendo de cumprirem a função sagrada do sacerdócio, no confissionário de suas igrejas, as suas almas geradas para o amor e educadas para chorarem com os que choram, irmanados nas mesmas causas de dores, não suportaram o gemido dos trabalhadores que perdem o emprego porque as empresas onde trabalhavam, ou entram em concordata ou falência, atacadas pelo "modelo econômico da revolução redentora", não suportaram as queixas desesperadas dos agricultores sem terra que são expelidos da área rural, porque a "reforma agrária da revolução, colocou todas as terras agricultáveis nas mãos de latifundiários que integram as máfias oligárquicas, e constituiu sobre os agricultores que ainda restam com propriedades, o INCRA e o Banco do Brasil como senhores feudais que transformam os agricultores em meros tarefeiros desses feudos e dos interesses dos grupos multi-

nacionais que exploram esse setor, e então, esses padres, constituindo-se em exemplos de coragem que talvez esteja faltando a esta nação, deixaram as suas sacristias, para oferecerem os seus pulsos, aos grilhões dos que buscam culpados para justificar a ditadura, saciando o sadismo que os norteia, contra esses que a nação tem como "ministros de Deus", para que no aniquilamento deles, o povo brasileiro reste despojado até mesmo da sua esperança de fé. Essa Lei de Segurança Nacional, que na ordem da inteligência jurídica é o "script"

mais mal inspirado de todo esse roteiro melodramático que há 19 anos cobre de opróbrios o Estado brasileiro, mantém na cadeia, pelos efeitos da ação penal na vida dos cidadãos, os jornalistas, Sérgio Antonio Flores Rubim, Jurandir Pires de Camargo, Nelson Rolim de Moura, Sílvio Angel de Figueiredo, Cláudio Campos, por terem denunciado à nação, a existência das contas azuis nos bancos suíços supridas com as malversações nos negócios públicos, por aqueles que se locupletam do governo em nome do Brasil. Sem que, os responsáveis pela moralidade de governo, mostrem à nação, por postura ética irrefutável, a improcedência das denúncias, e a lisura dos negócios de governo; e sem que, as próprias Forças Armadas, responsáveis pela tutelação desse sistema, se empenhem em resgatar a sua honra ultrajada por esse mar de lama, que jorra da MÁFIA TECNOCRÁTICA, deixando-as sem argumentos para a falta de lealdade ao Presidente da República, que depuseram e o fizeram morrer no exílio, em nome da "moralização da República", justificada com o argumento de "corrupção", porque o país devia três bilhões de dólares e havia atingido uma inflação de oitenta por cento em quatrocentos anos de história! Quando, atingimos hoje, em menos de duas décadas de "redentora" noventa e três bilhões de dívida em dólar, com uma inflação de duzentos por cento ao ano, e uma média de mais de duzentas falências por dia. Quando a Lei de Segurança Nacional, ao estabelecer como preocupação de segurança, a "Prosperidade Nacional", tinha de promover a expansão empresarial do país, ao invés do ataque falimentar que aniquila a nação, e deixa os brasileiros sem emprego e sem condições de suprirem os meios de sobrevivência.

3 — E essa Lei de Segurança Nacional, expressão requintada da ignorância jurídica da tecnocracia palaciana, ou do desavergonhamento de cátedra dos que trocam a grandeza da inteligência educada pelo DIREITO, pelo servilismo que apenas exige o ajustamento hierárquico aos híbridos comandos do "Governo Revolucionário", ao invés de entrar em operação pela nação, que é investida no seu artigo primeiro, de responsabilidade pelos objetivos nela traçados com preocupação de segurança nacional, quer mais uma vez, derrogar esse seu artigo primeiro, através do exercício procedimental represivo contra os que, amparados nele denunciaram o descumprimento da lei, trazendo a julgamento pela Justiça Militar desta Capital, o jornalista Ronaldo Kavanalilh.

4 — Diante de tais acontecimentos, senhor presidente, senhores deputados, como advogado, eu me sinto envergonhado pelo mau gosto do "script" que o governo comandatário, pela natural postura espoliativa que o ampara no poder, confunde a ordem unida com a ORDEM JURÍDICA, confunde o poder da hierarquia, com a AUTORIDADE DE GOVERNO, não entende a diferença de um boletim e de uma LEI, e assim, sabe para que presta um general, mas parece, à evidência dos fatos, não saber para que serve a LEALDADE AO GOVERNO CONSTITUÍDO DA NAÇÃO, e por isso, a Lei de Segurança Nacional está ao nível do picadeiro que a genialidade intocável da ditadura montou para graça dos intelectuais que foram excedidos em sua capacidade de aproveitamento de tamanha riqueza cômica que resulta entre o desavergonhamento da mediocridade de uns e a subserviência de outros, e da prepotência dos que assumiram o poder por acaso,

vindos dos mais recônditos anonimatos, para nele brincarem de "seres transcendentais", de "senhores intocáveis", bem à moda das tiranias que a mais de dois mil anos, a CIVILIZAÇÃO já baniu da sociedade humana; para lamentação dos políticos, que acabam se consumindo pelo descrédito da nação, que escandalizada, se retalha entre a covardia, a violência e a degeneração moral que transforma homens em mercadorias baratas nos balcões de sustentação política do sistema. Eu me envergonho porque, formado em Direito, sei o que é SOBERANIA, e dentro dela, não cabe o governo paralelo instituído aqui, pelo Fundo Monetário Internacional, que além da humilhação da sua intromissão, exigiu cerco militar da Capital da República, que os contingentes políticos que servem o governo, ao sistema, referendassem a PENHORA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS, pelo empréstimo de seis e meio bilhões de dólares que precisavam para evitar as drásticas ações judiciais contra o Brasil, que iriam revelar por inteiro, o estelionato praticado contra os agenciadores da comunidade poupadora internacional; uma operação que revela que o Brasil já não tem mais nada com o que garantir essa assombrosa dívida, já tendo penhorado até os seus trabalhadores, conforme o ditado do FMI. E então, eu teria de buscar algum foro onde pudesse responsabilizar esse governo, por afronta à Lei de Segurança Nacional, por descumprimento ao "objetivo de Soberania Nacional". Formado em Direito, eu sei o que é "O Estado de Direito", e então, eu teria de procurar algum tribunal em algum lugar da terra, para denunciar o genocídio que a "política econômica" está realizando contra a nação brasileira, para que, sobre a desnutrição, a desassistência e o abandono a que resta a família brasileira, registrem-se "superavits" no balanço de pagamentos; eu teria de pedir o julgamento dos assassinos de Vladimir Herzog, massacrado até a morte nas dependências do DOI-CODI; eu teria de pedir a punição para os que, a pretexto de combater ideologias, fuzilaram nossos jovens que por circunstâncias própria da idade, não se submetiam à censura. Formado em Direito, eu sei o que é "integridade territorial", dentro de cujo conceito, não cabem as explorações desordenadas das nossas jazidas de ouro, em cujos garimpos, a maioria dos chefes são estrangeiros, e os restantes, são contrabandistas; não cabe a venda de Carajás para um norte-americano que, por uma simples transação de corretagem imobiliária, ficou dono da maior reserva de minérios deste Planeta, até então, de propriedade do povo brasileiro; não cabe a devassa de nossa fauna no Pantanal matogrossense, feita por invasores paraguaios, bolivianos e norte-americanos, contra os quais, não acontece nenhum tipo de represália e nem é investido um só centavo na vigilância da respectiva fronteira. E então, eu teria de buscar um foro em algum lugar da organização dos povos, para responsabilizar esse governo, por infração à Lei de Segurança Nacional, na sua preocupação de "integridade territorial". Formado em Direito, e agraciado como político, eu sei o que é "Regime representativo e democrático", dentro de cujos postulados doutrinários, não há lugar para outra forma de governo, senão a que emana da AUTORIDADE CONSTITUÍDA, nascida da vontade popular expressa pelo voto eleitoral, em pleito pluripartidário, limpo, honesto e leal ao povo; e dentro de cujo governo, não cabe a TECNOCRACIA PLENIPOTENCIÁRIA, nem o LOCUPLETAMENTO DE GOVERNO, e nem o protecionismo às OLIGARQUIAS DO PODER, porque no regime democrático, "TODO O PODER EMANA DO POVO E EM SEU NOME É EXERCIDO", de modo que, um terço dos escândalos já denunciados pela nação, bastaria para a destituição do poder e para as responsabilizações penais devidas, de toda essa gente que aí está integrando esse governo. E então, eu teria de procurar algum foro competente para condenar o governo, por infração à Lei de Segurança Nacional no seu "objetivo de Regime representativo e demo-

crático". Como cidadão esclarecido, como político e como partícipe no processo social, eu sei o que é "Paz Social", dentro de cujo complexo de conduta, não há lugar para a convulsão que tem origem na "política econômica" do governo, que além de penhorar os trabalhadores, pela dívida externa, ainda tira da sua mesa, o alimento, para com ele, equilibrar as suas contas no balanço de pagamentos, como expressão do "milagre de exportação"; institui o PÔQUER DAS MOEDAS, inflacionando o cruzeiro e deflacionando o dólar, para que, pelo aniquilamento do poder aquisitivo interno, retem salvaguardados os interesses dos cartéis que nos exploram, diante de cujo contexto, a população parte para o saque e para a violência, já não havendo mais segurança completa em nenhum lar brasileiro. E então, eu teria de encontrar algum tribunal ou alguma força policial para formular queixa contra esse governo, por descumprimento à Lei de Segurança Nacional, no seu "objetivo de paz social". Como trabalhador, homem público e universitário, eu tenho uma idéia bastante clara do que é "prosperidade nacional", dentro de cujos postulados doutrinários e de prática existencial, não cabe a DEPRESSÃO ECONÔMICA como forma de "ajustamento da economia", a qual fixou em zero o crescimento da produção nacional, e que está dizimando a economia brasileira, com o maior índice de falências e insolvências civis que já registramos em nossa história, com tal ímpeto avassalador, que governos estrangeiros já têm dito que: "TREMEM AO PENSAR NO FUTURO DO BRASIL"; e não há nenhuma perspectiva de retomada do desenvolvimento, porque o descrédito da nação é total, no seu governo, e a rejeição às suas propostas e fórmulas apresentadas, também é total; e são os próprios ministros que proclamam que todos os brasileiros ficaram mais pobres, e que devem continuar empobrecendo ainda mais; até os próprios municípios estão falidos enquanto a TECNOCRACIA ameaça com mais impostos e mais encargos sem dizer o que está fazendo com o nosso dinheiro. E então, eu teria de encontrar um foro para responsabilizar esse governo, por infração à Lei de Segurança Nacional, em seu "objetivo de prosperidade nacional", porque não é próspero um país que não pode nem pagar as suas dívidas e nem sustentar sequer a sua previdência social, cujos fundos, também foram saqueados, porque são devidamente descontados dos trabalhadores. E estas reclamações, eu sou obrigado a fazer, por força do artigo primeiro da Lei de Segurança Nacional, que me encarrega, como encarrega a todos os brasileiros, da responsabilidade pelos "objetivos" de segurança previstos na lei. Daí, a minha vergonha como advogado, diante da augusta toga magistral que se assenta pomposamente para condenar um cidadão que não fez outra coisa, senão, cumprir a lei que está posta sobre si, pecando tão somente, no estilo da denúncia.

5 — Mas, apreciemos a comicidade do "script" que o Ministro Abi-Ackel enviou ao Congresso, para ser aprovado em 40 dias, substituindo o texto nº 6.620/78:

#### a) SOBRE O ESTADO:

§ 5.a.a — Nós aprendemos em Direito, que o registro de nascimento do ENTE ESTATAL, que lhe dá existência jurídica dentro da comunidade das nações, é a sua CARTA CONSTITUCIONAL. No entanto, o sr. ministro, autor do novo "script" revolucionário de segurança, buscando uma teoria de estado que o Direito ainda não contém em suas cátedras e nem nos seus foros internacionais, justifica a sua "Lei de Segurança Nacional", afirmando que: "OS INTERESSES DOS ESTADOS PASSAM A OBEDECER AOS INTERESSES DE UMA CONCEPÇÃO POLÍTICA". Cujá definição acaba por dizer que o ENTE ESTATAL deixou de ser um ENTE CONSTITUCIONAL, para ser uma mera flutuação de governos, ao sabor da respectiva "concepção política", do grupo que dele se apodera.

§ 5.a.b — Em se tratando da definição dada por um pro-



fessor de Direito Penal, senhor presidente, senhores deputados, o intelectual ri, pela discrepância de raciocínio educado; o jurista esconde a face, acabrunhado por sentir o fim do SABER JURÍDICO nas esferas do Poder neste País; e nós políticos, só podemos constatar uma coisa: a LEI DE SEGURANÇA NACIONAL É UM IMPASSE: OU A NAÇÃO A EXECUTA CONTRA O PICADEIRO A QUE VIROU A "REDENTORA DE 64", RESTAURANDO A SUA HONRA E A SUA DIGNIDADE PERANTE O MUNDO, OU, NÓS ACABAMOS CONFIRMANDO PARA A HISTÓRIA, QUE REALMENTE FOMOS UMA GERAÇÃO DE IMBECIS, ou de covardes! Indignos assim, desse legado augusto de cultura jurídico-política que Ruy Barbosa levou aos príncipes mais altos das concepções intelectuais, no Tribunal de Haia; que Rio Branco florificou com argumentos invencíveis, nos tribunais mais céletos da organização jurídica dos povos, quando fixou, pelo exercício do DIREITO, as imensas fronteiras desta Pátria.

b) SOBRE OS BENS JURIDICAMENTE TUTELADOS:

§ 5.b.a — Como bens a serem tutelados, o "script" define:

I — "Integridade territorial e soberania nacional".

II — "O regime representativo e democrático, a Federação e o Estado de Direito";

III — "A pessoa dos chefes dos poderes da União".

§ 5.b.b — Encontraríamos neste país de povo espiritioso, alguém tão inimigo da comédia, para elaborar uma piada de tão mau gosto quanto esta? Ou, onde está a "soberania nacional", com os nossos trabalhadores penhorados ao FMI, o qual veio exercer aqui um governo paralelo de força, que sitiou a Capital da República e fez os políticos que servem ao Governo Comandatário, referendarem a cédula hipotecária dos nossos trabalhadores, chamada Decreto-Lei n.º 2065? Onde está a "integridade territorial", com as nossas riquezas todas entregues à exploração e esbanjamento dos cartões e avarentos internacionais? Mas, que "Estado de Direito" é esse, que sitia o Congresso Nacional, com força militar, e veda o acesso à Capital da República, das lideranças nacionais, para prestarem solidariedade e apoio aos seus mandatários que se empenham pela defesa dos interesses da nação? Que "Estado de Direito" é esse, que faz pessoas da imprensa, escolhidas por acaso, de bodes expiatórios desse CONSENSO LIBELATÓRIO da nação, que o Cacique Mário Juruna levou à Câmara dos Deputados e sofreu a pena que lhe disse ter sido muito claro? Mas, que "regime para obrigar os congressistas referendarem a cédula hipotecária dos nossos trabalhadores ao FMI, não atendendo ao CONSENSO CONTRÁRIO da nação, mas sim, a vontade exclusiva do ministro plenipotenciário planejador? Que "representatividade democrática" é essa que há 19 anos sustenta uma dinastia de generais no governo, constituídos do mesmo jeito que os imperadores romanos, quando o Império entrou em decadência para a sua desintegração final, se constituíram no poder, através de uma plebe organizada e mantida para votar no sistema, como tem sido por todos esses anos, o partido da "Revolução"? Que "ordem federativa" é essa, onde o poder central concentrado no GOVERNO DE RETAGUARDA mantido pela máfia tecnocrática, se apodera de todas as rendas públicas, deixando os municípios e os Estados, com seus erários totalmente desfalcados, para que retem em posição de mendicância diante do Ministro Plenipotenciário do Planejamento? Que "Federação" é essa onde quem está governando com poderes onipotentes e com proteção transcendental ao ponto de se permitir governar sob ameaças de mais miséria e de mais saques, sem precisar ter o mínimo de respeito diante dos valores éticos sustentados pela nação, por tantos séculos, e sem sequer provar a lisura dos seus atos, contra os quais o FMI e a comunidade financeira são as provas mais vibrantes das acusações que a nação lhe faz, é o Ministro Planejador, e não o general nomeado pelo PDS? E quais são "os poderes da União", se, quanto à sua soberania,

ela está com os seus trabalhadores penhorados ao FMI, e, quanto à ORDEM JURÍDICA interna, ela está sob ordem unida ao toque dos clarinliterários dos decretos-leis, e das medidas de salvaguardas? Onde está a integridade institucional do Poder Legislativo, se à simples vontade do FMI o Congresso Nacional é situado pela guarda particular da Presidência da República? Onde está a integridade institucional do Poder Judiciário, se a Justiça do Trabalho declarou a incompetência do Presidente da República, para estar editando decretos reguladores de salários, e o seu Ministro continua com o mesmo comportamento? Onde está a integridade institucional do Poder Judiciário, se a sede da Ordem dos Advogados que, segundo a lei, compõem com a magistratura e os efetivos da Justiça, esse Poder, é invadida e saqueada, pela guarda presidencial? Onde estão os "poderes da União", quando, depois de os tribunais terem estabelecido que são invioláveis, o escritório, a casa, os arquivos e os veículos dos advogados, e estes têm, sem qualquer motivo que o justifique, a sede congregante de toda a classe, invadida e saqueada em todos os seus arquivos e gavetas, de onde levaram até as fitinhas de música ambiente para os seus funcionários, por ordem do Presidente da República? O quê, afinal de contas, é o PODER nesta nação? O Estado, ou o general que o comanda? As leis que ele edita, ou os seus interesses desconhecidos da nação? Onde estão os "poderes da União" se diante desses desfile de fatos que são o mínimo de todas as atrocidades já praticadas pelo governo comandatário contra esta república, resta claro que só é garantido dentro dela, a máfia tecnocrática e as oligarquias do governo? Onde estão "os poderes da República", se a ORDEM JURÍDICA cedeu lugar à instabilidade social comandada pelo massacre econômico perpetrado contra a nação, num tal ambiente de intranquilidade que já ninguém mais tem certeza nem da própria segurança pessoal? Quais são, enfim, "os poderes da União", se na prática o que se constata hoje, é que somente o Ministro Planejador é o "poder desta República"? E um poder nunca visto entre os povos civilizados, que lhe dá a autoridade de penhorar os trabalhadores da nação?

§ 5.b.c — No seu artigo 26, o novo "script" comina penas de 1 a 4 anos para quem "caluniar ou difamar" o Presidente da República. Mas, o que é "calúnia ou difamação" diante desse mar de lama que jorrou dos bastidores da "Revolução", para dentro das Comissões Parlamentares de Inquéritos, e que extrapolam do espaço disponível da imprensa nacional, para noticiar todos os lances de atos, fatos e práticas que em outro tempo nesta República, fazia homens se suicidarem, num gesto extremo de recuperação da honra perdida? Deve a nação emudecer por não poder definir com a terminologia qualificativa que o nosso idioma dispõe, a moral desses governantes, ou, devemos voltar às nossas raízes e aprender com o cacique Mário Juruna, a proteção da simplicidade de linguagem que ainda escapa às figuras de "aten-tados contra a segurança nacional"? O que concebe o "script" por crime contra a honra, se esta nação está coberta de vergonha perante o mundo? Primeiro, pelo "milagre delfiniano", que hoje configura um humilhante estelionato de governo; depois, pela hipoteca dos nossos trabalhadores ao FMI, num empréstimo de seis e meio bilhões de dólares que só o Ministro Planejador sabe para o que é; depois, pelo desavergonhamento com que o governo mente e desmente dentro da "política econômica"; pois que, ao mesmo tempo em que ele está com um pedido no Congresso Nacional, para emissão de mais cruzeiros extras, o Ministro Planejador diz na "carta de intenções" ao FMI, que a expansão monetária nacional ficará contida em oitenta por cento durante todo o próximo ano. Ora ela já é de noventa por cento, com mais emissões extras, será reduzida? E quem é capaz de operar a economia de uma nação com um tal tipo de designativos morais merece por parte dos

que tem a incumbência de informar a opinião pública, e dos que, por dever mandatário, têm de analisar essa estrutura? Envergonhada ainda, pela posição em que restaram as nossas Forças Armadas, diante da POLONETA, que acabou com as justificativas em que elas se assentavam para defenderem a quebra de LEALDADE CONSTITUCIONAL e de FIDELIDADE MORAL, ao Presidente que depuseram e fizeram morrer no exílio. Envergonhada ainda, pelo desprestigiamento em que resta a nação, cuja sabedoria, cuja história, cuja unidade, são menosprezadas pelas forças tuteladoras dessa "política econômica" que afronta item por item, a Lei de Segurança Nacional, em benefício da MÁFIA TECNOCRÁTICA que sustenta um GOVERNO DE BASTIDORES, completando-se assim, o poder nesta república, de três governos: O GOVERNO COMANDATÁRIO, que executa a arbitrariedade e as agressões; o GOVERNO DE BASTIDORES, que generaliza as "razões de Estado", ou, "os interesses de uma concepção política que subordina os interesses dos Estados", como define o mestre Abi-Ackel; e, o GOVERNO PARALELO DO FUNDO MOMENTÁRIO INTERNACIONAL que financia as oligarquias do poder, agora, sob a penhora dos trabalhadores brasileiros. De modo que, não será surpresa, se ao vencerem-se os novos empréstimos que têm os nossos trabalhadores como garantia, estes forem levados para sustentarem as frentes de trabalho escravo, nas nações credoras. E empréstimo sob penhora dos nossos trabalhadores, não é ajuda, mas sim, é SUBORNO contra a nossa soberania! E se esta não é a verdade, revoguem o Decreto 2065 referendado pelo PDS e PTB, num ato de covardia deplorável, e aqui estarei para admitir que fui apaixonado neste libelo, se no mesmo dia o Brasil não for cercado, como a Nicarágua.

§ 5.b.d — Mas, senhor presidente, senhores deputados, o novo "script" contém no art. 13, parágrafo único, inciso II, com pena cominada de 3 a 15 anos, uma figura de "segurança nacional" que, embora eu não tenha consultado aquele arquivo de curiosidades mundiais de Washington, acredito que é inédita no Planeta; diz o artigo: "incorre na pena quem: ... realiza sensoriamento remoto, em qualquer parte do território nacional". Como a figura não existe na literatura jurídica, nem na literatura política, e nem na literatura especializada dos serviços de inteligência de governo, fomos pesquisar nas ciências metafísicas e na literatura teológica, e então, acabamos concluindo, que, os paranormais, os advinhadores, os videntes, os prognosticadores, os agoureiros e outros tipos de profetas estarão em maus lençóis neste país, se for aprovado o novo "script" da comédia de segurança. Pois que, essas coisas estão configuradas pela lei, como "crime contra a segurança nacional". Obviamente que as sentenças condenatórias terão de ser editadas por decretos, por absoluta carência de recursos jurídicos para que se estabelecer o contraditório exigido pelo Tratado dos Direitos Universais da Pessoa Humana, visto que o Estado ficará numa posição delicadíssima para provar a acusação, vez que só poderá prová-la, confirmando no processo, o "segredo de estado" adivinhado. Ou será que é uma expressão estatística? Mas, em estatística, "sensoriar", quer dizer computar quantias de coisas em colunas indexadoras, ou em mapas analíticos. Todavia, a regra de ciência jurídica manda que se interpretem os textos de lei, de acordo com a harmonia intelectual que constroi a frase legal; por cuja regra, o "sensoriamento remoto" tem de ser interpretado de conformidade com a "atividade aerofotográfica" que também é estabelecida na frase legal, como "crime contra a segurança nacional"; donde se tem de concluir que, a figura é mesmo do campo metafísico.

6 — Diante do exposto, senhor presidente, senhores deputados, peço permissão, para desta tribuna, dirigir o meu apelo por todos os jornalistas, radialistas, publicitários e enfim, aqueles que tão corajosamente desmpenham o QUARTO PO-

DER DOS POVOS LIVRES, que é a IMPRENSA, à sensibilidade intelectual dos Augustos Magistrados que ficam com esse script para aplicarem como lei, que considerem que a SEGURANÇA NACIONAL está explícita na Constituição da República, em cujo artigo 86 eu me amparo para este pronunciamento. E, a CONDUTA DELITUOSA, está toda configurada, com as penas devidamente ordenadas em nosso DIREITO PENAL. Da mesma forma que o comportamento militar está todo ele apenado no CÓDIGO PENAL MILITAR. E, os devidos relatórios que se inflamam na natureza arrojada dos jornalistas menos temperados para a preservação de suas próprias defesas, estão todos configurados em LEI ESPECIAL DE IMPRENSA que atende muito bem e com muita sabedoria, a riqueza de nossa língua, como também, as deliberações deseducadas dos que exercem a informação pública. Não desçam pois, senhores magistrados, ao nível desse PICADEIRO REVOLUCIONÁRIO que só desgraças e vergonha tem trazido a esta nação. Eis que, a vossa TOGA, SENHORES MAGISTRADOS, é a esperança que resta a este povo, para a restauração da TÚNICA DE CAIXAS, coberta com uma POLONETA que é o maior escândalo internacional deste século. A vossa TOGA AUGUSTA, é a esperança que nos resta, para redimir-nos perante a História, como herdeiros dignos do sacrifício de TIRADENTES que, com o seu sangue, operou o BATISMO DE LIBERDADE DESTA PÁTRIA, cujo conceito de constitucionalidade e soberania, quisera a inteligência humana, que os MAGISTRADOS guardassem como querubins perenes da PAZ PELO DIREITO.

7. Apelo ainda, senhor presidente, senhores deputados, para o Congresso Nacional, para que valorizem a vontade de mais de 60 por cento do eleitorado brasileiro que disse basta à essa comédia revolucionária, pedindo a restauração da seriedade de governo, através de uma força política que o mundo mostrou respeitar quando o FMI exigiu o referendun da classe política, e ponham fim a esses scripts, rejeitando o novo texto, e acabando com a "Lei de Segurança Nacional", pela própria primariedade, desatualização e desnecessário arbítrio das suas disposições. Pois que, ou nós aplicamos a "Lei de Segurança Nacional" ao governo, enquanto estamos por ela investidos desse dever, em seu artigo 1º, acabando com ela, por ser o governo o primeiro que não a cumpre e o seu principal infrator ou como já disse, confirmaremos perante a História, que fomos de fato, uma geração de imbecis, ou de covardes".

Muito obrigado senhor presidente.

O Sr. Antônio Anibelli — Vossa excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Fonseca, vossa excelência hoje na liderança do PMDB faz a esta Casa uma análise da incompetência do governo que dirige esta Pátria. Vossa excelência analisou a política econômica onde existe um Deus Todo-Poderoso nesta Pátria que entrega o País aos europeus, ao FMI, sem pensar nesta população pobre, com mais de 30 milhões de menores abandonados. Um País onde não existe uma Constituição. Um País onde o Congresso não é soberano. Um País onde os generais de plantão ditam as ordens. Neste País a consequência é tudo isso. O que faltaria para nós seria uma eleição direta, em que o povo escolhesse o seu representante. A Lei de Segurança Nacional está aí para agredir jornalistas, processá-los, puní-los, pela verdade que dizem.

É por isso que me parabeno com vossa excelência pelo magistral discurso que vossa excelência profere nesta tarde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Presidência consulta à liderança do PMDB, se fará uso dos 24 minutos restantes.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor presidente, o tempo da lide-

rança seja distribuído igualmente ao deputado Edmar Luiz Costa e ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Por doze minutos, concedo a palavra ao nobre deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"No período de 1976 à maio de 1982 o município de Ponta Grossa foi varrido por um vendaval da incompetência, de desmandos administrativos, de corrupção, gerando a difícil situação econômica-financeira porque passa a Prefeitura daquela cidade.

Foi à época da administração de Luiz Carlos Zuk, eleito pelo MDB foi julgada de modo significativo nas eleições de 15 de novembro de 1982. Como candidato a deputado estadual, pelo PDS, obteve em Ponta Grossa apenas 3.232 votos, num total de 84.740 votantes, correspondendo a apenas 3,81 por cento do eleitorado princesino.

Muitos atos irregulares e danosos ao patrimônio público foram praticados pela administração ZUK e estão sendo levantados cautelosamente pela atual administração. Um deles, porém, ganha contornos mais acentuados e já é objeto de uma ação popular intentada por uma plêiade de cidadãos pontagrossenses.

Em 5 de junho de 1981, a CIDEP- Companhia de Economia Mista Municipal, firmou contrato da empreitada com a empresa privada SUTIPA - Sudoeste Terraplenagem e Pavimentação Ltda., tem por objeto a "execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem e paisagismo da Avenida Souza Naves".

Fixou-se o preço de CR\$ 74.628.173,22 ( setenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e oito mil, cento e setenta e três cruzeiros e vinte e dois centavos). No dia 30 de junho de 1981, a CIDEP repassou o contrato à Prefeitura de Ponta Grossa, pelo valor de CR\$ 82.090.990,22 (oitenta e dois milhões, noventa mil, novecentos e noventa cruzeiros e vinte e dois centavos).

Dá para frente estranhos aditivos contratuais passaram a ser firmados entre a Prefeitura e a empreiteira. Já no dia 28 de outubro de 1981, era assinado termo aditivo através do qual prorrogava-se o prazo para a entrega da obra de 5 de novembro de 1981 para 30 de junho de 1982. E OS CUSTOS ERAM MAJORADOS EM SESENTA POR CENTO DO VALOR INICIALMENTE CONTRATADO. Alegou-se a existência de alterações procedidas no projeto, tais como aumento na espessura do asfalto.

O custo da obra pulou para CENTO E DEZENOVE MILHÕES, QUATROCENTOS E CINCO MIL, SETENTA E SETE CRUZEIROS E SESENTA CENTAVOS.

Esse valor acabou saltando para CENTO E SESENTA E UM MILHÕES, CENTO E VINTE MIL, DUZENTOS E ONZE CRUZEIROS E SESENTA CENTAVOS. Duplicatas foram sacadas, mediante entrega de Procuração do Município autorizando a empreiteira a receber as quotas relativas ao retorno do ICM.

O débito não está ainda pago, sendo que o município tem a liquidar TREZENTOS E CINCO MILHÕES, SEISCENTOS E QUARENTA E UM MIL, CENTO E NOVENTA E CINCO CRUZEIROS E SESENTA CENTAVOS, neste total já estando incluídos os juros de mora e correção monetária.

Mais dois aditivos foram assinados, relativos a mesma obra: um de CR\$ 48.288.523,85 ( quarenta e oito milhões, duzentos e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte e três cruzeiros e oitenta e cinco centavos), para ampliação do projeto primitivo, na parte relativa à praça rotatória; e, outro CR\$ 132.762.000,00 ( cento e trinta e dois milhões, setecentos e sessenta e dois mil cruzeiros), em 14 de maio de 1982, às vésperas da descompatibilização do então prefeito ZUK destinado a nova ampliação de rotatórias.

A triplicação da pista de rolamento da Avenida Souza Naves

é uma obra mal feita, inacabada. Ela serve de acesso ao centro da cidade e é utilizada por todos que transitam pelas rodovias Ponta Grossa-Apucarana e Ponta Grossa-Foz do Iguaçu.

Antes mesmo de ser entregue ao tráfego já apresentava incríveis crateras no asfalto. O projeto é de péssima qualidade e o trânsito tornou-se mais perigoso tantos são os erros técnicos existentes.

O mais estranho, senhor presidente, é que a Sutepe antes de iniciar os serviços foi aquinhoadada com a importância de 9 milhões, 462 mil, 817 cruzeiros e 23 centavos, importância paga no dia 19 de junho de 1981. Esse pagamento foi feito à empreiteira pelo fato DELA TER PARTICIPADO DA CONCORRÊNCIA, e não pela prestação de qualquer serviço. É fato inusitado: uma empreiteira é paga pelo Poder Público apenas por ter participado de uma concorrência!

Fotografia viva do que ocorreu nas obras realizadas na avenida Souza Naves consta do levantamento realizado em dezembro de 1982 pela empresa ASSESSORIA PARA PROJETOS ESPECIAIS, que chegou à seguinte conclusão:

"O pavimento encontra-se estruturalmente comprometido em função de sua má concepção, seu mal controle e sua má execução. Devido a inexistência de um projeto, estas conclusões se basearam na suposição de que o pavimento deveria obedecer as especificações mínimas vigentes. Assim o aprisionamento da água na estrutura do pavimento motivado pela falta de drenagem e a captação da mesma pelas camadas superficiais permeáveis indicaram a má concepção".

Visando esclarecer devidamente os fatos ocorridos a responsabilizar os que malbarataram os dinheiros públicos, foi proposta uma ação popular. Os autores por motivos ainda não elucidados claramente, desistiram do feito.

Para permitir que a Justiça aprecie os fatos e os julgue sem pressão, um grupo de cidadãos pontagrossenses aderiu à ação, assumindo a autoria. As adesões foram ocorrendo e hoje mais de cinquenta pessoas figuram como autores da Ação Popular.

Esses cidadãos assim justificaram a posição assumida:

"Nosso ato consciente e livre de aderir a esse pedido de tutela jurisdicional que busca a elucidação de fatos ocorridos na pavimentação da avenida Souza Naves, em defesa do erário público e lisura da ação administrativa, direta ou indireta, resultou, evidentemente, das irregularidades que foram apontadas pelos autores populares, de cuja condição, hoje, nos revestimos. Com isso esperamos estar dando uma parcela de nosso amor à terra pontagrossense, rumo à construção de uma comunidade mais fraterna, com plena cooperação entre o interesse particular e o público, tudo independentemente do resultado da sobredita ação popular. Esperamos que nossa adesão, de caráter eminentemente cívico, possa sensibilizar a comunidade responsável do nosso município, em todos os seus segmentos, para que compareçam perante a Justiça, aderindo como autor popular, pois não se pode quedar inerte diante das irregularidades apontadas e que devem, a final, ficar plenamente esclarecidas, numa cabal satisfação a Ponta Grossa, chamada, nos dias de antanho, Capital Cívica do Paraná. O civismo se mostra assim também: recorrendo-se à Justiça, guarita da democracia e da liberdade. Que

ninguém mais seja amedrontado ou se amedronte em nossa querida Ponta Grossa”.

Cumprimento esses corajosos cidadãos e a eles dou meu integral apoio e também serei co-autor da ação popular.

As irregularidades que narrei e que constam da petição inicial da ação referida, não são as únicas verificadas na administração Zuk. Muitas outras existem e serão apuradas.

Enquanto durou o “vendaval Zuk” muitos denominavam Ponta Grossa de “a capital do dez por cento”. A designação foi combatida por muita gente. Os que discordavam “capital do dez, por cento”, mas sim de “capital do vinte por cento”, tantos foram os desmandos administrativos praticados durante o “vendaval Zuk”.

Felizmente, senhor presidente e nobres deputados, surgiu um tempo novo e, diante de atos corajosos como a propositura da ação popular, podemos, novamente, afirmar com orgulho que Ponta Grossa continua sendo a CAPITAL CÍVICA DO PARANÁ, onde os incompetentes e corruptos serão sempre repelidos pelo povo”.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Senhor deputado, vossa excelência concede um aparte?

**O SR. EDMAR LUIZ COSTA** — Concedo o aparte ao nobre deputado Tércio Albuquerque.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Meu caro deputado, agradeço o aparte, não desejo fazer nenhuma referência sobre a denúncia que vossa excelência faz nesta tarde, não tenho autoridade porque não conheço os assuntos das administrações de Ponta Grossa. Gostaria de fazer um reparo apenas, ao seu pronunciamento, quando vossa excelência iniciou dizendo que o ex-prefeito, o ex-deputado Luiz Carlos Zuk traiu o PMDB, passando para as fileiras do PDS.

Vossa excelência tem conhecimento que foram extintos os partidos e foi dado o direito para que os políticos escolhessem uma nova sigla; seu partido era apenas MDB, não era PMDB, mas se nós formos analisar isso aqui, vossa excelência vai chamar de traidor muitos que estão do vosso lado, que eram da nossa antiga Arena, aliás a eleição do PMDB do Paraná, deve-se muito aos arenistas que nos abandonaram, abandonaram por quê?

Porque acabaram as suas oportunidades.

**O SR. EDMAR LUIZ COSTA** — Souberam reconhecer onde estava a verdade.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Ficaram conosco enquanto tiveram a oportunidade, são oportunistas, vossa excelência sabe disso...

**O SR. EDMAR LUIZ COSTA** — Vossa excelência está equivocada, porque todos aqueles que vieram para o PMDB, reconheceram que a verdade, a democracia e a liberdade, eram fatos defendidos pela OPOSIÇÃO, e não pela extinta Arena.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Vossa excelência nem verdade está dizendo da tribuna, como é que vossa excelência quer reconhecer a verdade, vossa excelência faz uma análise de um processo que se encontra em andamento, vamos esperar o final do julgamento, senhor deputado, vamos ver...

**O SR. EDMAR LUIZ COSTA** — Então eu posso acreditar que

vossa excelência também defende a administração Luiz Carlos Zuk?

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Vamos esperar o final do julgamento, senhor deputado, está em andamento.

**O SR. EDMAR LUIZ COSTA** — Então, vossa excelência defende a administração Luiz Carlos Zuk, e nós queremos a verdade, embora ela esteja patente e latente em todos os atos que foram feitos em Ponta Grossa ...

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Eu defenderei ou acusarei o senhor Luiz Carlos Zuk, depois que eu ver o pronunciamento final da justiça, é quando eu posso porque eu não milito politicamente em Ponta Grossa, apenas defendi, quando vossa excelência usa a palavra traição, porque muitos traidores vossa excelência não deseja analisar, porque são bonzinhos, o remédio só é bom quando passa do outro lado para o nosso, quando vem de lá para cá o remédio é maldito ...

**O SR. EDMAR LUIZ COSTA** — Se vossa excelência permite eu não falei que ele traiu o MDB, ele traiu o povo de Ponta Grossa.

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — Esta presidência informa que está encerrado o horário de vossa excelência.

**O SR. EDMAR LUIZ COSTA** — Muito obrigado, senhor presidente, era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)** — Concedo a palavra por doze minutos ao senhor deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI** — Senhor presidente, senhores deputados.

“Esta Assembléia Legislativa lançou, sob inspiração da bancada do PMDB, uma vigorosa campanha preventiva contra o confisco da soja, que sobrepára como ameaça, aos nossos agricultores no horizonte da política econômica do governo federal.

As repercussões dessa mobilização têm sido as mais amplas possíveis. A Coordenação da Campanha tem recebido manifestações de adesão das bancadas peemedebistas de todos os Estados produtores, das lideranças oposicionistas no Congresso Nacional e de entidades de produtores situadas em todo o Brasil.

Estamos mobilizados!

Mas é preciso mais esforço e mais análise em torno do assunto. O que nos propomos a fazer hoje.

Por que, senhores?

É que ainda paira sobre a produção sojícola a ameaça da Resolução n.º 809 do Conselho Monetário Nacional, de 14 de março de 1983, mantendo um confisco cambial de 5 por cento sobre as exportações do complexo soja: grãos, farelos e óleos.

De fato o confisco existe, em nível residual mas existe. Pelo histórico das intervenções governamentais anteriores, é preciso estar vigilante.

Vejamos os fatos.

Primeiro: existem diversos produtos agrícolas submetidos a

impostos de exportação ou "taxa de contribuição" como disfarçadamente é chamada pelo governo federal. Entre eles o café, o algodão beneficiado, o milho e a soja.

O café tem sido vítima histórica da voragem fiscal. Há décadas os cafeicultores gemem sob um confisco cambial que chega a consumir mais de 50 por cento do valor global de exportação do produto.

Por exemplo, segundo os dados disponíveis, em 6 de janeiro de 1983, o preço de registro do café para exportação era de 171,60 dólares norte-americanos. A cota de confisco era de 50 dólares, restando 121,60 dólares ao produtor, que convertidos ao câmbio da época — de Cr\$ 251,79 — davam Cr\$ 30.617,66.

Pois bem, em 21 de fevereiro deste ano tivemos a maxidesvalorização do cruzeiro, em 30 por cento. Então o confisco saltou para 86 dólares, sobrando para o produtor apenas 85,60 dólares que, convertidos à nova taxa de Cr\$ 379,54, resultaram em Cr\$ 32.488,62. Praticamente o mesmo que estava recebendo em janeiro, com o agravante da inflação.

Essa situação continuou ao longo do ano. Por exemplo, em 23 de junho passado, o valor de registro de exportação do café continuava em 171,60 dólares, o confisco saltou para 99,50 dólares; o salto para o produtor era de 72,10, a uma taxa cambial de Cr\$ 528,25, dando uma receita líquida interna de Cr\$ 38.086,83 para o produtor.

Quer dizer, o governo federal fica com mais de 60 por cento da receita gerada pelo café, restando ao produtor, em meados do ano, menos do que ganhava em janeiro dada a resultante da inflação.

Os produtores de café têm se mobilizado nos últimos anos, à busca de soluções para sacudir esse jugo ingrato. Ainda agora organizaram o Conselho Nacional de Café, sob a liderança de figuras conhecidas da vida pública brasileira.

No capítulo da soja temos um histórico de intervenções governamentais desde a safra 73/74.

Com efeito, em 1973, o governo federal impôs um contingenciamento sobre a exportação, na base de comprovação de que o exportador estava entregando 3 sacas no mercado interno para uma saca de farelo de soja exportado.

Em 1977 o governo impôs um confisco de 25 por cento sobre todo o complexo soja, mas ante a reação dos produtores reduziu essa taxa para 5 por cento, caindo depois a taxa para 0 por cento.

Ainda em 1977 o governo aplicou subsídios sobre a exportação do milho, aos níveis de 8 por cento, 12 por cento e 20 por cento depois reduzidos a zero, retirando recursos do fundo do confisco aplicado à soja.

Em 1979, com a maxidesvalorização, o confisco foi aplicado ao nível de 30 por cento, caindo depois para 0 por cento devido à mobilização dos produtores e das lideranças políticas do Sul do Brasil.

Em 1983, com a nova maxidesvalorização foi imposto o confisco de 30 por cento pela Resolução 801 do Conselho Monetário Nacional, caindo para 20 por cento e finalmente 5 por cento, situação que continua até hoje.

Pela Resolução 809/83 o confisco deverá se findar a 30 de março de 1984.

Ao todo nossa pesquisa no Banco de Dados de Normas Jurídicas do Prodasen/Centro de Processamento de Dados da Assembléia acusou a existência de 12 resoluções vigentes ou alteradas, impondo contribuições especiais sobre bens agrícolas exportados pelo Brasil.

Portanto, senhores, a realidade que deduzimos deste trabalho que contou com o apoio de assessores técnicos da Assembléia Legislativa é que:

1. o governo federal tem sido contumaz em gerar recursos a partir de confisco sobre a exportação agrícola;
2. existe hoje um confisco residual de 5 por cento sobre a exportação da soja.

O que vai acontecer após 30.03.83 — quando teoricamente deverá ser zerado o confisco de 5% imposto pela Resolução 809/83 — é uma incógnita.

Se nos mobilizarmos com vigor o governo acabará recuando e retirando a taxa.

Se ficarmos parados, o governo, com o famoso ministro Delfim à frente, haverá de querer aumentar esse confisco para até 30 por cento, como fez em períodos anteriores.

Isto porque há uma perspectiva de preços estáveis nesta safra, apesar das flutuações que se têm verificado nestas semanas, com a retenção do produto pelos produtores americanos e a queda da Bolsa de Chicago. A perspectiva real de alta tem permitido o fechamento de negócios a termo, na base de Cr\$ 25.000,00 por saca, para entrega a partir de fevereiro de 1984 para a safra brasileira.

Ora, senhores, o governo do senhor Delfim fica absolutamente enfeitado com a perspectiva de uma safra de 15,3 a 16,5 milhões de toneladas de soja na safra 1983/84.

E não vai querer deixar de impor seu confisco sobre o exportador, mediante uma daquelas famosas "decisões telefônicas" do Conselho Monetário Nacional, órgão onde a voz dos produtores é tão fraca a ponto de pouco contar diante da pressão dos delegados da tecnocracia governamental.

É preciso lembrar, como base para este nosso alerta, que historicamente o governo tem transferido renda da agricultura para o setor urbano-industrial, como faz ver o estudo da Revista Brasileira de Economia, editada pelo respeitado Instituto Brasileiro de Economia — da Fundação Getúlio Vargas.

Nesse ensaio chamado "A Última Trincheira", de agosto/83, os analistas da FVG assinalam que no período recente de 1977/83, o governo apenas sangrou a agropecuária, nada devolvendo a ela.

Os gráficos desse ensaio apontam para a continuada redução do volume de subsídios destinados à produção, hoje praticamente zerados em termos de investimento.

Enquanto isso, as transferências líquidas de renda da agricultura para o setor urbano têm sido cada vez maiores: o agricultor paga mais caro que o preço internacional relativo pelas máquinas e insumos que adquire da indústria; os preços dos produtos são tabelados pelo governo e significam repasse real de vantagens do setor rural.

Também, o setor agropecuário não administra os recursos financeiros que gera, transferindo-os para a poupança urbana, que deles se vale para seu giro por vezes até especulativo.

O governo tem se manifestado continuamente contrário ao fortalecimento de um banco agrícola, deixando o agricultor seu crédito próprio. Em países de agricultura forte, como a França, o banco agrícola — famosa Credit Agricole — é o maior banco do país e do mundo. Seu ativo tem o valor de uma safra anual, cerca de 55 bilhões de dólares.

No Japão, outro País economicamente amadurecido, o subsídio agrícola é uma das prioridades do sistema econômico.

Por isso, senhores, proclamamos a necessidade de nos mantermos mobilizados e lutar contra a ameaça real do

confisco cambial sobre a soja.

Vamos estabelecer um objetivo: a revogação da resolução 809 do Conselho Monetário Nacional, que ainda fixa um resíduo de confisco de 5% sobre a soja.

Nada de confisco. Nem um centavo.

Vamos é fortalecer a agricultura e estimular o agricultor, para que ele plante mais, tenha lucro e ajude a salvar o Brasil."

O Sr. Gabriel Manoel - Sr. Deputado Orlando Pessuti, vossa excelência me dê um aparte, por gentileza (Assentimento)

Eu estou vendo essa "peça" de vossa excelência muito bem posta, mas vossa excelência apenas se esqueceu de dizer da parte do Governo Estadual, do Governo de vossa excelência do quanto o Governo Estadual está levando nisto, porque vossa excelência só censura o Governo Federal. Vossa excelência não fala do Governo Estadual, porque, então vamos censurar os "garanhões" e vamos censurar os "delfins", Vossa excelência está faltando com a justiça; se a vossa assessoria da Assembléia Legislativa só quer atacar o Governo Federal, porque a parte do leão que fica com o Governo Estadual, vossa excelência não diz quanto para que possamos saber; nós, da nossa ignorância, Deputado Pessuti, diríamos que vossa excelência, nesta bela peça oratória confeccionada por seu gabinete, diga quanto fica para o Governo Estadual a partir da posse do ilustre Governador José Richa, quanto ficou para que o povo seja também esclarecido, para que se tenha dois pesos e duas medidas. Vossa excelência está defendendo uma causa certa, uma causa justa, só que Vossa excelência peca ao vir querer botar um pano ou uma máscara no que o Governo Estadual leva.

Então, vamos dizer: nós não temos medo, nem pecha de dizer que o Senhor Delfim Netto está errado, queria que Vossa Excelência dissesse também que o Seu Garanhão está errado, ao dizer que o ICM, Deputado Pessuti, está muito caro, e o café está sendo o produtor espoliado, mas está espoliado pelo Governo Federal e uma grande parcela pelo Governo Estadual. Muito obrigado.

OSR. ORLANDO PESSUTI — Agradeço o aparte do senhor

deputado Gabriel Manoel, e tenho apenas de dizer o seguinte, Nobre Deputado: que voltarei ainda a essa tribuna para relatar as perdas econômicas que o Estado do Paraná vem tendo com o confisco cambial ou taxa de contribuição, porque não sei se é do conhecimento de vossa excelência, a parte que é confiscada não gera um centavo em arrecadação para o nosso Estado. E, se, hoje, no café, o Paraná tem um confisco de 60% sobre seu produto, é 60% do valor desse café que está deixando de ser tributado e, portanto, o Paraná não está ganhando nada com isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) —

Esta Presidência anuncia a presença nesta Casa, do Prefeito Alzemiro Francisco Rech, de Jardim Alegre, bem como convida os Srs. Deputados para amanhã, às 16 horas, receberem o Embaixador da Nicarágua nesta Casa de Leis, Ernesto Gutierrez.

Consulto à liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Por dez minutos, o eminente Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) —

Com a palavra, por dez minutos, sua excelência, Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Senhor presidente, senhores deputados.

Encaminhamos hoje por esta Casa um requerimento

ao sr. secretário dos Transportes para que desse continuidade à construção e pavimentação do trecho que liga Ibaté a Icaraíma. E das mais antigas das reivindicações daquele povo e nós cremos ter certeza, apoiados por esta Casa e pelo legítimo representante daquele município, nosso amigo e companheiro Nelson Vasconcelos terá o devido apoio e terá a sua construção e eu tenho a certeza absoluta iniciada dentro dos próximos meses.

Também dirigindo ao ilustríssimo senhor secretário dos Transportes a ligação asfáltica de Icaraíma até Porto Camargo, ligando ao Mato Grosso do Sul ao Município de Nabiaí, onde foi comprovada nos últimos seis meses a necessidade daquela ligação através da balsa, pois de Presidente Epitácio até Guaira foi o único Porto em condições de permitir não apenas a navegabilidade, como os transportes do Mato Grosso do Sul com o Estado do Paraná.

Mas o que especificamente nos traz hoje a esta tribuna sr. presidente, srs. deputados, é para dizer que mais uma vez quem vai pagar a chamada mini-reforma aprovada através da emenda Passos Porto, recentemente no Congresso será o povo. Isto porque não apenas o ICM provavelmente terá a sua elevação, trazendo conseqüentemente nova onda de aumentos em cadeia e conseqüentemente, alta do custo de vida, e não apenas pelo ICM, porque também o IPI em determinados produtos como o cigarro, terá também o seu aumento. Os combustíveis, já foi anunciado, terão aumento em mais de 20% e o povo arcará, diretamente, com todas as dificuldades que advirão das medidas tomadas pelo Governo Federal.

A nível estadual nós aqui fazemos, desta tribuna, um apelo aos senhores parlamentares e principalmente do PMDB.

Quando o governador, através do seu secretário Garanhão, como já tivemos notícia de que talvez haja uma preocupação de elevar esse ICM, quando nós sabemos que o Governo Federal impõe a condição para que seja cobrado o ICM de até no máximo 17%, que continue o Governo do Estado do Paraná, que sempre foi e sempre se posicionou contrariamente à alíquota do ICM, para que não faça e não imponha mais este sacrifício para o Paraná. Assim como o próprio Secretário para o Paraná. Assim como o próprio Secretário Garanhão, já por várias vezes afirmou, através os meios de comunicação, de que era contrário, e não havia necessidade do Estado do Paraná aumentar a alíquota para o que nós cremos, poder chegar até os 17%.

Dizer que o povo será beneficiado indiretamente é balela. Ganham os Estados e Municípios, mas é a sociedade, é o povo é aquele mais humilde, que arcará com este ônus, pagando mais uma vez, muito mais impostos.

O que falta, sr. presidente, srs. deputados, realmente é o entrosamento e o entendimento entre a classe política e a tecnocracia que grassa no País e grassa também aqui no Estado do Paraná.

Desejamos e almejamos que os Estados e Municípios sejam privilegiados sim, na distribuição do bolo da arrecadação, mas não podemos concordar jamais que este benefício seja alcançado, mais uma vez, mediante sacrifícios novos do nosso povo.

A União e os Estados, não abrem mão, em sua Receita sem impor novos impostos, que assegurem a existência do gigantismo estatal e que mais e mais intervindo na vida econômica da Nação, nos deixa por demais preocupados com o futuro do nosso País, e aproveitamos aqui nesta tarde para, melancolicamente, em mais uma oportunidade, dizer que a classe política brasileira, ainda no dia de ontem, dentro de um determinado número de deputados, principalmente federais, hoje estão a dever à sociedade e ao povo brasileiro, uma posição coerente com as suas palavras, pois



quando através os meios de comunicação, pregam eleições diretas em todos os níveis principal e ultimamente, eleições diretas para Presidência da República, perde o Poder Legislativo da Nação, a oportunidade de falar ao povo que realmente quer eleições diretas, quando não compareceram em sua grande maioria e não votaram a Emenda Mauro Benevides ou a Armando Pinheiro, conforme o gosto das Oposições ou da Situação a nível federal.

As Oposições que tanto cobram eleições diretas, poderiam ter negociado a Emenda Armando Pinheiro, para que pudéssemos desmascarar os Governadores que, através das Assembléias Legislativas, iriam pedir as eleições para as capitais.

O descrédito da classe política, perante o povo brasileiro, em parte tem que ser creditado a estas posições inadequadas, a estas ambíguas e, por que não dizer, às esdrúxulas do nosso amigo e companheiro Sérgio Spada, que assumem determinados setores políticos de partidos existentes atualmente no País.

Aos políticos que como o Governador de Minas Gerais, não enviam à Assembléia Legislativa de seu Estado a emenda para tornar as cidades das estâncias hidrominerais para que tenham eleições diretas? Não pode cobrar do Governo Federal uma posição neste sentido.

Quando os Governadores de Oposição assumem uma postura e não se lembram ao menos dizer e de fazer chegar ao povo da Nação de que querem realmente as eleições a nível das capitais, não assumem posição favorável às eleições diretas em seus respectivos Estados. Através principalmente de seus Deputados Federais, de seus Senadores, cobrando seu posicionamento favorável. Não podem também estes Governadores, em sã consciência, cobrar do Governo Federal as eleições diretas para a Presidência. Não que sejamos contrários às eleições diretas, porque desde os primeiros instantes que estivemos reunidos às oposições a nível estadual no Brasil, ainda na Carta de Curitiba, tivemos oportunidade de fazer com que chegasse à Nação o posicionamento dos Deputados estaduais favoráveis à eleição direta.

O exemplo tanto pode vir de cima para baixo, como também pode ser de baixo para cima, como estamos colocando neste dia.

Posicionar-se os Srs. Governadores através das eleições para as capitais, que teriam a partir deste momento o apoio de todos os segmentos da nossa sociedade.

Era isto que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Consulto à Liderança do PDS se fará uso dos vinte minutos restantes.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Por dez minutos, o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Com a palavra o nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL Sr. presidente, srs. deputados.

Nós, fazendo parte da Bancada do PDS, oposição nesta Casa, oposição no Governo, mas quando justiça se faz, quando necessário se faz, quando a necessidade se faz premente, srs. deputados, sr. presidente, e povo de meu Paraná, nós dentro de nossas limitações, assumindo a responsabilidade de nosso mandato e de nossa posição como PDS, queríamos apenas ressaltar e rememorar uma frase que dissemos que o Prefeito de Curitiba, Maurício Fruet, era um homem dinâmico.

Queríamos, neste instante, agradecer ao prefeito de Curitiba, embora da oposição, pelo que ele está fazendo em benefício da Assembléia Legislativa, em benefício do Paraná e de sua gente.

Que isto não tenha conotação de que vamos bajulá-lo; ontem, ante-ontem, vimos as máquinas da Prefeitura a acertar os burracos do pátio de nossa Assembléia Legislativa e se justiça deve ser feita, como temos a petulância, já digo, de criticar muitas vezes os erros do Governo do Estado e do Governo Municipal de Curitiba, queremos agradecer em nosso próprio nome a este dinâmico moço, que apesar de nós estarmos do outro lado do seu partido, vemos dele a vontade de acertar, a vontade de aplicar o dinheiro do povo em benefício próprio povo.

Digo isso sem o menor receio, porque nada preciso da Prefeitura Municipal, a não ser pagar os meus impostos.

Queria, neste instante, dizer ao Paraná, que Maurício Fruet é um dos Prefeitos que pode se honrar com Saul Raiz com Jayme Lerner, com Ney Braga e com tantos Prefeitos que passaram pela Prefeitura de Curitiba. Quero dizer, alto e bom som, ao Governador José Richa, os nossos parabéns, por ter acertado, pelo menos uma vez, ao indicar para Prefeitura de Curitiba, o ilustre companheiro, o dinâmico ex-Deputado Maurício Fruet, homem que não esqueceu de suas origens.

Veio à Assembléia Legislativa para consertar algo que era necessário e que não era de sua obrigação. Enquanto isso, sr. presidente, quando isso aconteceu srs. deputados, é de nossa própria origem, homens, filhos de homens vindos lá de outros rincões dizer a verdade, Maurício Fruet tem o nosso parabéns e os nossos agradecimentos.

Hoje eu queria me parabenizar com a Bancada do PMDB, por ter tido a acertiva de indicar o Prefeito do gabarito de Maurício Fruet, vemos as crateras da cidade, todas sendo procuradas, tendo procurado o Prefeito arrumá-las e a trazer ao povo de Curitiba o necessário conforto da malha viária de nossa cidade.

Meus parabéns, governador José Richa, meus parabéns, Bancada do PMDB, por ter indicado um homem do gabarito de Maurício Fruet para Prefeito de Curitiba.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do restante do seu horário.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Havendo declinado está encerrada a Hora do Expediente.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE (Pela ordem) - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Esta Presidência defere e solicita do sr. 1º secretário que proceda a chamada nominal dos srs. deputados.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - (Pela Ordem) Sr. Presidente, retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Retirado o pedido. Está encerrada a Hora do Expediente, passaremos à ORDEM DO DIA, com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução, de autoria do sr. deputado Roberto Requião, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Expediente subscrito pelo sr. deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os senhores deputados que irão compor a comissão de Inquérito, referente ao jogo do bicho.- Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 151/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IVAIPORÃ - APAE", com sede e foro no referido município. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 151/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IVAIPORÃ - APAE", com sede e foro na cidade de Ivaiporã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 153/83, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO TRABALHADOR RURAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ", com sede e foro no referido município. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 153/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO TRABALHADOR RURAL DE SÃO JORGE", com sede e foro na cidade de São Jorge do Ivaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 155/83, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO APÓSTOLO SÃO PAULO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IAPAS", com sede e foro no município de Arapongas. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 108/)**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 160/83, que declara de utilidade pública o "BANCO DE OLHOS DE CASCAVEL - "BOC", com sede e foro no referido município. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 109).**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 161/83, que declara de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL DO ROSÁRIO", com sede e foro no município de Ponta Grossa. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 109)**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 162/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE APOIO PROMOCIONAL AO NÚCLEO SOCIAL DE PONTA GROSSA", com sede e foro no referido município. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 109).**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 163/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL ESPÍRITA MESSE DE AMOR", com sede e foro no município de Ponta Grossa. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 109).**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 168/83, que decla-

ra de utilidade pública o "LIONS CLUBE DE LONDRINA - IGAPÓ", com sede e foro no município de Londrina. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 168/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "LIONS CLUBE DE LONDRINA - IGAPÓ", com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 170/83, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOSÉ LACERDA", com sede e foro no município da Lapa. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 170/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOSÉ LACERDA", com sede e foro na cidade da Lapa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei Complementar n.º 118/83, de autoria do deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza contagem de tempo de serviço não paralelo para fins de aposentadoria, prestado por professores e especialistas de educação, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, até o ano letivo de 1959, e dá outras providências. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CRH, por unanimidade. Com emenda de plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar a votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação a emenda.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação) Sr. presidente, embora louvável o sentido do projeto do deputado Hermas Brandão, ele não tem razão de ser, já que existe legislação que trata da matéria. A Lei Federal n.º 6.226, de 14 de junho de 1975, a nível federal, permitiu este tipo de contagem de serviço, que seria relativa ao INPS.

Em 1.º de dezembro de 1980, a Lei Federal n.º 6.864, estendeu esta possibilidade para que esse tempo fosse contado pelos Estados e pelos municípios. E em 13 de junho de 1982, no último ano, aqui esta Assembléia votou a Lei n.º 7.634, que disciplinou as disposições relativas a esta contagem e que foi regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.434, de 13 de julho de 1982, ou seja, a implantação da Lei de Reciprocidade.

Por isso, sr. presidente, já existe legislação que trata deste tipo de matéria. Além do mais, sr. presidente, se nós permitíssemos o ônus que caberia ao INPS, como é o caso das Escolas da Comunidade que seriam contratações celetistas, de responsabilidade de recolhimento e de ônus do INPS, estivéssemos atribuindo esta carga toda para o Estado do Paraná, é evidente

que nós estaríamos contrariando os interesses do nosso Estado ao receber uma carga tão grande desta matéria.

Por isso, sr. presidente e srs. deputados, a liderança do PMDB por considerar que a matéria é totalmente inóqua, já que existe lei que disciplina esta matéria, votada por esta mesma Assembléia.

Nós louvamos a atitude do nobre deputado Hermas Brandão, mas somos obrigados a votar pela rejeição do projeto e da emenda, conseqüentemente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Em votação a emenda. Rejeitada.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. presidente, requeiro a verificação de votação.

O SR. NILSO SGAUREZI — (Pela ordem) — Requeiro a chamada nominal dos srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos senhores deputados. Trinta e oito (38) srs. deputados responderam à chamada nominal. Vamos proceder à verificação de votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Vossa excelência está colocando em votação o projeto e a emenda?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A emenda.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Depois o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Evidentemente, sr. deputado.

Oito deputados aprovam, 22 rejeitam. — Está rejeitada a emenda.

Em votação o projeto de Lei Complementar n.º 118/83. — Rejeitado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação, sr. presidente.

O SR. NILSO SQUAREZI — (Pela ordem) Requeiro chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede à chamada nominal. Trinta e sete (37) srs. deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa irá proceder a verificação de votação, já que 37 srs. deputados responderam à chamada.

Os srs. deputados que aprovam o Projeto de Lei Complementar n.º 118/83, queiram levantar-se.

O SR. NILSO SQUAREZI — (Pela ordem) Percebe-se, facilmente, que não há "quorum". Apenas queria que vossa excelência anotasse a não presença dos deputados que responderam a chamada da ilustre Bancada do PDS, que constatou existir um número de 36 srs. deputados, e, agora, no plenário, esse número não tem. Portanto, para que se procedesse com justiça, e que esse expediente não pudesse permitir que haja continuidade desse expediente, nós requeremos nova chamada nominal. À resposta, se constata "quorum"; na verificação da votação, não se verifica o "quorum". Vossa excelência, então, permita constatar no plenário a ausência dos deputados que responderam, e se nós verificarmos, aqui, não haverá "quorum".

Então, que se constate a ausência dos deputados que responderam e que não estão presentes no plenário. A presença se constata na votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Os deputados do PDS, que, muitas vezes respondem a chamada e se retiram, estão tratando de interesses de suas comunas. Então, apesar do nobre líder, grande e combativo deputado Nilso Sguarezi, que nós admiramos, ele não pode impor uma modificação no Regimento Interno da Casa. Se se responde uma chamada, é um direito adquirido, sr. presidente. Então, não vai se querer forçar colocar cola na cadeira para os deputados ficarem sentados e colados. Então, os deputados têm o direito, como diz o português de "ire e vire". Então, queria que vossa excelência não orientasse o nobre líder, porque ele tem conhecimento do Regimento Interno. Mas, quando se responde a uma chamada, o deputado não é obrigado a ficar aqui porque ele tem o trânsito livre. Então, eu queria não defender a minha bancada, mas dizer que estamos numa democracia participativa.

O SR. PRESIDENTE — Os srs. deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Quatro srs. deputados aprovam.

Vinte e seis srs. deputados rejeitam. — Está rejeitado o projeto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — 2.ª discussão do Projeto de Lei n.º 83/83.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Solicito que vossa excelência faça novamente a verificação de votação, porque até o próprio...

O SR. NILSO SQUAREZI — (Pela ordem) Vossa excelência não estava presente à votação. Estava ausente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... não havia número suficiente.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra..

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... ditar o número de deputados presentes nesta Casa, que votaram na verificação de votação requerida pelo deputado Tércio Albuquerque. Esta Casa precisa se comportar com seriedade. Precisa anunciar realmente o resultado, de acordo com o número dos deputados que tenham dela participado. Ademais, sr. presidente, o recurso das minorias de sair do plenário foi usado à profusão, pela bancada então minoritária do PMDB. É o recurso de todos os parlamentos do mundo. Não há nenhum tipo de censura. O registro da presença dos srs. parlamentares na Casa se faz pela resposta à solicitação da Mesa, na chamada nominal. Na verificação é o direito de ir e vir do parlamentar, consagrado em todo o regime democrático. Portanto, eu peço a vossa excelência que faça um novo pedido de verificação de votação, tendo em vista que não há no plenário desta Casa, o número suficiente anunciado pela Mesa, para o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Nobre deputado Luiz Alberto Oliveira, a presidência informa vossa excelência que, quando se encontravam quando da verificação de votação, presentes, trinta deputados, vossa excelência havia se retirado, e nós já estávamos em discussão do Projeto de Lei n.º 83/83; tratando-se, portanto, de matéria vencida, a questão levantada por vossa excelência.

Emenda. — Rejeitada.

Projeto. — Rejeitado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/83, de autoria do deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que disciplina a posse

no exercício de cargos, empregos ou funções da administração direta e indireta do governo estadual para os quais é exigida qualificação profissional de nível superior, e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL e EMENDAS da CCJ e com parecer FAVORÁVEL da CRH, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. - Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere.

Em votação. Projeto de Lei n.º 83/83.

Vinte e cinco (25) srs. deputados aprovam; nenhum rejeita.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Antes que vossa excelência anuncie o resultado, eu queria saber de vossa excelência, se o deputado presente no plenário pode se negar a votar? O Regimento Interno determina que, o deputado presente ao plenário — que eu estou constatando as presenças dos deputados Gabriel Manoel e Tércio Albuquerque que se encontram presentes no plenário — deve ser computado o voto dos srs. deputados que se encontram no recinto do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Parece-me que pelo menos o deputado tem que estar na bancada, nobre deputado Nilso Sguarezi, porque inclusive, nós não sabemos quem está atrás do plenário. Fica muito difícil para acompanhar.

Vinte e cinco (25) srs. deputados aprovam; nenhum rejeita.

Não há "quorum" para votação, e sim, para o prosseguimento da sessão

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 212/83, de autoria do deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre a padronização das Identidades Estudantis com exclusividade, pela União Paranaense dos Estudantes de Primeiro e Segundo Grau - UPES, e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO DA CCJ e parecer FAVORÁVEL da CE, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 234/83, de autoria do deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que denomina "JOSÉ GOMES DO AMARAL", a Escola de Primeiro Grau do Núcleo Habitacional Santa Terezinha, no município de Ponta Grossa. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CE, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, Mensagem n.º 160/83, do sr. governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para se afastar do País por algumas horas, nos dias 11 e 12 do corrente mês. — Em discussão.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI — (Pela ordem) Gostaria de fazer um apelo à Bancada do PDS para que retornasse a este plenário após ter votado contra o projeto em que foi configurada a não presença da maioria dos srs. deputados, porque como diz o líder do PDS, sr. deputado Luiz Alberto Oliveira, é uma praxe, em todos os parlamentos, o poder da minoria, de se retirar do plenário, porém é praxe também, sr. líder, sr. presidente e srs. deputados, em todos os parlamentos, quando o Governador do Estado, o sr. Presidente da República, pedem licença, para obedecer um preceito constitucional, para se ausentarem do seu País, que os partidos da minoria sempre dão aprovação ao projeto, concedendo licença, e aqui no Paraná, como tem

acontecido no Congresso Nacional, o PMDB, o PDT, o PTB, os partidos da oposição têm concedido ao Presidente João Baptista Figueiredo, inclusive para fazer os tratamentos médicos às custas do Governo Federal, para que se ausente desse País. Quando o Paraná, a convite do governo da Argentina, de Misiones, é convidado para que se possa representar na posse do sr. governador em que a bancada do PDS também seria e é convidada para participar desse evento de eleições diretas, com eleição e que todo o povo brasileiro pretende que se implante nesse país uma verdadeira democracia, eu faço um apelo à bancada do PDS, que volte a este plenário, para que possamos dar ao Governador José Richa, ao PMDB, ao PDS, a educação de se fazer representar na posse daquele governo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor presidente, eu gostaria que vossa excelência esclarecesse, a que título que vossa excelência concedeu a palavra ao eminente deputado Antônio Annibelli.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Por uma questão de ordem, nobre deputado.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor presidente, eu requiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos srs. deputados).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao sr. deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu desejo alertar a esta Mesa, que o sr. deputado Homero Oguido não se encontra presente em plenário. Vossa excelência está observando e observa que o deputado Homero Oguido não se encontra presente em plenário. E o sr. Primeiro Secretário coloca presença do sr. Homero Oguido, neste plenário. Solicito que vossa excelência analise este problema.

O SR. SECRETÁRIO — Esta secretaria informa que o sr. deputado Homero Oguido não foi computado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao sr. deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. presidente, só para chamar a atenção dessa presidência que o relógio ali está enguiçado e precisa mandar arrumar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Vinte e oito (28) srs. deputados responderam. Não há número para votação e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário do Interior, visando a encampação, pela Sanepar, do micro-sistema de abastecimento de água das localidades de Marechal Lott, Pinheirinho, Castelo Branco e Duas Barras, todas no município de Capanema. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da Copel, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo seja estendido o programa de eletrificação rural ao município de Cerro Azul. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que interceda junto ao DNER, com vistas ao asfaltamento da Estrada da Ribeira — BR-476, (antiga estrada Curitiba-São Paulo). — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento do trecho da estrada que liga o município de Rio Branco do Sul a Cerro Azul. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos srs. deputados Gernote Kirinus e Sabino Campos, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelas comemorações ao 22.º aniversário de emancipação política do município de Palotina. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento do trecho Ivatê-Icaraíma, numa extensão de 22 km. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento do trecho Icaraíma-Porto Camargo, numa extensão de 15 km. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora Secretária da Educação, visando a construção de um muro ao redor da Escola Estadual Dr. Rebouças, no município de Rio Bom. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Segurança Pública, objetivando o retorno de um local para o encaminhamento de solicitação para obtenção de Cédulas de Identidade, no município de Roncador. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Cultura e Esporte, objetivando a construção de um Ginásio de Esportes para o município de Araruna. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Anni-

belli, com apoio do sr. deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando um voto de louvor ao sr. dr. Lauro Grein Filho, pelo trabalho que vem desenvolvendo na presidência da Cruz Vermelha do Paraná, no atendimento aos flagelados pelas inundações que recentemente assolaram o nosso Estado. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a realização de estudos no sentido de promover a construção de micro-bacias em todos os municípios da Micro-Região-Doze (COMCAM). — Encerrada a discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento) Eu constato a presença de mais deputados do PDS no plenário e requeiro nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos srs. deputados.  
(Faz soar a campainha)

A Mesa convoca o senhor Primeiro Secretário, sr. deputado Gilberto Gernote Kirinus, para assumir a Mesa para prosseguimento da sessão.

A presidência suspende a sessão até que se complete a formação da Mesa.

(Faz soar a campainha).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Na ausência do segundo secretário da Casa, do terceiro secretário, do quarto secretário, a presidência convida, com base no Regimento Interno, o deputado Adhail Sprenger Passos para tomar parte da Mesa.

Em seguida, solicito ao sr. Primeiro Secretário que faça a chamada nominal dos srs. deputados.

(É feita a chamada nominal dos srs. deputados).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Vinte e seis (26) senhores deputados responderam a chamada; não há "quorum" para votação e sim, para prosseguimento da sessão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da Copel, através da Secretaria do Interior, objetivando a realização de estudos na revisão do sistema de energia elétrica, no distrito de Borbônia, no município de Barbosa Ferraz. — Encerrada a discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — (Pela ordem) Eu solicito que seja lido o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa solicita ao sr. Primeiro Secretário que proceda a leitura do requerimento, de autoria do sr. deputado Rubens Bueno

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Solicito que vossa excelência informe quantos requerimentos constam da votação de hoje, ainda.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Por enquanto, para discussão, seis requerimentos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê o requerimento).

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão o requerimento do sr. deputado Rubens Bueno. — Encerrada a discussão.  
Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário das Finanças, objetivando a liberação de recursos para o pagamento de dívidas contraídas em gestões administrativas anteriores, bem como para viabilizar a execução de futuras obras no município de Ubatã. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, para discutir.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. presidente, gostaria que vossa excelência determinasse ao sr. primeiro Secretário a leitura do requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. presidente, eu solicitei a vossa excelência que fizesse (para discutir).

Conseqüentemente, este requerimento será discutido na sessão da próxima segunda-feira, quando sua excelência o deputado Nilso Sguarezi e esta Casa, havidos de conhecer o teor do requerimento, poderão obter as informações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Procede a questão de ordem de vossa excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. presidente, data vênica, o entendimento de vossa excelência, parece-me que o plenário, não se pode sonegar nada ao plenário, que passe sobre a Mesa. E a simples leitura do requerimento, data vênica, entendo de que a Mesa se arvora num direito de sonegar informações para o plenário conhecer toda a matéria que tramita pela Casa. Assim sendo, — e vossa excelência percebeu que quando vossa excelência anunciava a súmula do requerimento, eu já me postava aqui para pedir que fosse efetuada toda a leitura. Apenas que o deputado se antecipou e pediu para discutir, o que não impede, data vênica, que reformule este requerimento, que vossa excelência o defira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) É óbvio, sr. presidente, srs. deputados, a maneira protelatória com que o líder do governo pretende conduzir esta sessão. Entretanto, vossa excelência já determinou a leitura do expediente em tela, no início da sessão. Conseqüentemente, não há nenhuma songação de informações ao plenário.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. presidente, assim como é óbvio a tentativa da maioria em protelar a sessão, está sendo muito óbvio, o expediente da minoria, em tentar terminar a sessão. Data vênica, que prevaleça a democracia, e se reconheça também o direito da maioria, o direito da maioria consagrada em regimes democráticos, e de tentar também ter algum direito no parlamento. Ou será que nós teremos que ter, a prevalência da ditadura das minorias? Peço a vossa excelência, mais uma vez, que determine a leitura do expediente que se encontra sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com base no artigo 132, do Regimento Interno, a Mesa entende que deve proceder a leitura do requerimento. E determina ao sr. primeiro secretário que proceda a leitura.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. presidente, eu quero registrar que vossa excelência mudou de entendimento, ainda que rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa apenas, nobre deputado, disse que procedia a sua reclamação, mas ao consultar o Regimento Interno, no seu artigo 132, observou que

também é passível de erro.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. presidente, vossa excelência poderia dar as razões do entendimento de vossa excelência, visto o artigo 132?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — “Estão sujeitas a despacho do presidente, e independe de apoio preliminar, os requerimentos verbais, que solicitarem a palavra ou a sua desistência.

Item 3.º — A leitura de qualquer matéria.”

E a Mesa está procedendo assim, através do sr. primeiro secretário.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê o requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Requerimento do sr. deputado Rubens Bueno, já com discussão adiada.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando a consagração da ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações pela passagem do 20.º aniversário de emancipação político-administrativa do município de Mariluz. — Encerrada a discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Requeiro a leitura integral do requerimento do nobre deputado Rubens Bueno, bem como, sr. presidente, consulto a Mesa se está formalizado. Se o requerimento está devidamente formalizado, se contém o apoio regimental necessário.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa solicita ao senhor primeiro secretário que proceda à leitura do requerimento.

(O sr. 1.º Secretário procede à leitura do requerimento do sr. deputado Rubens Bueno).

Está em discussão.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, visando a recuperação da estrada no trecho compreendido entre a Sede-Pau Oco, numa extensão de 10,6 km, no município de Morretes. — Encerrada a discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — (Pela ordem) Solicito que seja determinado ao sr. 1.º secretário a leitura do teor desse importante requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere (O sr. 1.º secretário procede à leitura do teor do requerimento).

Está a discussão.

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de piso de concreto da ponte sobre o rio Marumbi, localidade de Pedra Preta, no município de Morretes. — Encerrada a discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — (Pela ordem) Solicito que seja dado conhecimento à Casa, do inteiro teor do requerimento.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à leitura do requerimento do sr. deputado Nestor Baptista).

O SR. FIORI LUIZ — Pela ordem, sr. presidente.



O SR. PRESIDENTE — Está em discussão o requerimento.—

**Discussão encerrada.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao senhor vereador de Curitiba, doutor Mauro Moraes, consubstanciado em apelo no sentido de dar apoio ao projeto de lei municipal que extingue a Taxa Star de estacionamento, na malha central de Curitiba.— Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor presidente, senhores deputados.

O nobre deputado Sérgio Spada conclama o Plenário da Casa para aprovar uma moção que se envia através de ofício à Câmara Municipal de Curitiba solicitando aprovação, ao apoio a um projeto de lei que tramita naquela Casa, de autoria do vereador Mauro Moraes, e através desse projeto de lei o vereador Mauro Moraes procura extinguir o serviço de estacionamento da municipalidade, ou seja, extinguir a Taxa do Star, implantada na gestão passada, em Curitiba.

Com estas assertivas, o nobre deputado pede a esta Casa, que se manifeste favoravelmente, pedindo que a Câmara Municipal de Curitiba, aprove este projeto e, conseqüentemente, extinga a Taxa do "Star".

Todos os senhores deputados, é evidente que, como usuários do Centro Urbano de Curitiba, pessoalmente podem constatar, e são obrigados a essa legislação municipal, de pagar o estacionamento, quando seus veículos, na via pública, ficarem estacionados na regulamentação implantada pela Prefeitura Municipal, pelo prazo de uma ou duas horas.

A implantação desse serviço em Curitiba, veio na similar de um serviço existente em São Paulo, onde, se não me falha a memória, as faixas azuis, o que seriam uma réplica ou uma cópia dos estacionamentos adotados principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra, em que se cobraria uma taxa de permanência.

Evidente que a imposição desse serviços sofreu, no curso do tempo, as mais desencontradas críticas; críticas procedentes ou não, mas que nós gostaríamos de enumerar algumas delas: a primeira e mais evidente é a que passou, através deste estacionamento, gerar uma infinidade, realmente, muito grande de multas, porque o usuário deste estacionamento, vamos dizer, público, tem que se sujeitar a remover o seu veículo após o vencimento de uma ou duas horas, e qualquer prorrogação neste prazo, fatalmente acarreta de que o usuário será penalizado com uma multa de trânsito que, via de regra, tem um valor muito simbólico.

Esta é, indiscutivelmente, a maior crítica que se levanta, porque as pessoas encarregadas de fiscalizarem este serviço, a cognominada "polícia Feminina", encarregada do "Star", às vezes por questão de um ou dois minutos, porque esta moça faz um giro pelas quadras e, quando dá a coincidência de passar por um determinado veículo, e, naquele horário houve o vencimento do prazo por cinco minutos, ela deixa a notificação e, logo a seguir, se o usuário se demorar por mais dois minutos e não conseguir localizar esta moça, infalivelmente este veículo está multado.

Então, esta é a grande crítica que se levanta contra este tipo de serviço.

O SR. PRESIDENTE — (Pela ordem) — Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Gostaria de nova leitura, porque alguns pontos ainda estão meio obscuro, e nós não chegamos a compreender toda leitura do requerimento, basicamente no seu texto mais importante.

Eu gostaria que o 1.º secretário lesse novamente por se tratar de um requerimento do presidente desta Mesa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lamenta e solicita nova leitura do requerimento.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela ordem) — Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Nobre senhor presidente: parece que há algum sistema de falha até de conhecimento e de interpretação; o deputado Fiori Luiz pediu nova leitura do requerimento.

Eu indago de vossa excelência: essa é a leitura que fará o senhor secretário, nobre presidente? Nova leitura do requerimento?

O SR. FIORI LUIZ — Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — O nobre companheiro Ferrari Júnior talvez desconheça o próprio Regimento; não há nada que impeça uma nova leitura desse requerimento, nobre deputado Ferrari Júnior.

Apenas para nos trazer mais luz, clarear certos pontos obscuros que nós observamos na leitura do 1.º secretário Gernote Kirinus.

Não há nada que impeça a nova leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — O senhor 1.º secretário fará a leitura.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Eu estava com a palavra, pela ordem. O senhor deputado Fiori Luiz interrompeu-me. Se o deputado Fiori Luiz fala de alguns pontos obscuros da leitura do requerimento, da propositura do ilustre presidente Nestor Baptista, ele deveria, evidentemente, referir-se a esses pontos obscuros, e não chamar a atenção da Mesa e do senhor 1.º secretário para nova leitura desse expediente, mesmo porque ...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita a vossa excelência que não tergiverse tanto e vá direto à matéria; já foi solicitada a leitura que foi deferida pela presidência.

O Sr. Ferrari Júnior — É que a coisa está tão fora de rotação hoje, excelência, que ...  
Então, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita ao senhor 1.º secretário que proceda a leitura do requerimento.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê novamente o requerimento do senhor deputado Nestor Baptista).

Por outro lado, o que se argumenta é de que haveria uma rotatividade no centro da cidade, permitindo, assim, de que todos se servissem do centro da cidade, impedindo, então, de que pessoas que trabalham no centro da cidade, estacionassem seus veículos, que permaneceram todo o dia. No nosso entendimento, o que temos constatado, é que não houve, ainda, oportunidade efetiva de a população de Curitiba se pronunciar sobre esta matéria. Porque a Prefeitura Municipal, se não me falha a memória, se arvorou numa lei delegada para a implantação desse serviço.

De modo, então, que eu louvo a iniciativa do nobre vereador Mauro Moraes, sem entrar no mérito, e louvo, então, de que agora que o nosso partido tem a maioria na Câmara Municipal propicie à população de Curitiba, a discussão desta matéria, que é de seu real interesse. Acredito, na realidade, de que agora seja qual for a posição que a Câmara Municipal venha a adotar, será a posição e a tradução fiel do que pensa a nossa comunidade de Curitiba, quem deveria ter sido ouvida antes, e não ter sido esta medida imposta de cima para baixo, no elenco, aliás, e na continuidade na sistemática implantada, infelizmente, nos últimos anos no Brasil, em que a população só se encarregava da parte de recolher tributos, impostos e taxas, sem que fosse previamente ouvida.

Portanto, senhor presidente, senhores deputados, eu acredito que, agora, se trará, na Câmara Municipal, realmente e democraticamente, um debate necessário sobre esse assunto, porque, acusações também se levantam de que, por trás dessa lei, estariam os detentores dos postos de estacionamento, e, aquelas pessoas que trabalham no centro da cidade, por não poderem usar o perímetro central, fatalmente seriam vítimas então, desses estacionamentos centrais porque ali que deveriam deixar o seu veículo, estacionado e não como faziam antigamente, nas ruas centrais.

É forte, é evidente, o argumento de que a pessoa que vai ao centro por uma ou duas horas, tenha o direito a patrocinar, ou tenha direito a estacionar o seu veículo, na orla central.

Muito embora esse argumento seja contraditório porque, a maioria das pessoas que ficariam um curto espaço de tempo, estariam se locomovendo através do transporte coletivo e, hoje, com mais facilidade inclusive para a classe média e a classe A, através do ônibus seletivo que tem realmente esta finalidade de transportar camadas com maior poder aquisitivo, da periferia, para o centro da cidade.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, eu acredito que a matéria é realmente de alçada do Executivo Municipal. Acho e entendo de que são os nossos vereadores efetivamente, não só por atribuição constitucional, não só, senhor presidente, por delegação, autonomia e competência do próprio município, são os edismunicipais que têm a competência de discutir, de tratar, de votar, de homologar ou revogar esta matéria. E entendo que, a Assembléia Legislativa, ao tomar partido nesta posição, muito embora todos nós sejamos usuários deste serviço e estejamos então, na nossa individualidade como cidadãos curitibanos com o direito legítimo de opinar sobre este projeto de lei, mas acredito que, coletivamente, representando este Poder, por ser um Poder hierarquicamente sobreposto à Câmara Municipal, no meu entendimento estaríamos, talvez, nos imiscuindo em matéria não de nossa competência.

Acredito então, e faço uma sugestão ao eminente senhor deputado Sérgio Spada para que transforme o seu requerimento em que pede apoio para a aprovação do projeto, que se transforme, o seu requerimento num voto de louvor à Câmara Municipal, que em boa hora começa a discutir essa matéria de real importância para a população de Curitiba, que deveria ter sido previamente ouvida, previamente auscultada, e não, como agora, que se vota um projeto de lei ou que se discute um projeto de lei, para, na tentativa de revogar esta matéria.

Por isto, senhor presidente, senhores deputados, a minha posição pessoal muito embora eu tenha uma posição pessoal contra este tipo de cobrança, mas entendo que, como Poder Legislativo, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná como Poder hierarquicamente sobreposto à Câmara Municipal de Curitiba, poderiam, os senhores vereadores, entender e entender até corretamente, de que, a Assembléia — como um Poder — pedindo a aprovação de um projeto de lei, poderiam, os senhores vereadores, interpretar de que procurássemos de maneira ilegítima ou autoritária, de cima para baixo, tentar induzi-los a uma votação.

Entendo legítima a posição da Assembléia, quando envia ao Congresso Nacional, um Poder hierarquicamente acima do nosso, porque aí representamos a base, no meu caso, no meu entendimento, acredito que a Assembléia, por estar hierarquicamente à Câmara, ela se coloca numa posição delicada, poderá ser interpretada como posição indevida. Não é o caso quando vários requerimentos aqui pedem ao Congresso Nacional, que se manifestem ou votem favoravelmente ou contrariamente a determinadas matérias: aí sim, estamos na realidade, representando uma parte ou um setor da base.

Falamos em nome do Estado do Paraná, para uma Legislação Federal, mas aqui falaríamos nós como representantes do Estado inteiro, para que o Estado inteiro pedisse a Curitiba uma posição que é competência pura e exclusiva dos senhores vereadores.

Por isso, senhor presidente, na minha posição pessoal solicito ao nobre e eminente deputado Sérgio Spada que transforme o seu pedido de apoio ao projeto num voto de louvor à Câmara Municipal e principalmente ao vereador Mauro Moraes; a liderança do nosso partido e a nossa bancada que em boa hora propicia à população de Curitiba o debate de um tema que lhe interessa muito e é importante que a população seja ouvida e que ela efetivamente diga à Prefeitura se quer pagar a "Estar" ou se não deseja pagar.

A população está em ótimas condições e os senhores vereadores de opinar sobre o assunto, porque durante alguns anos nós hoje pudemos sentir os pontos positivos ou negativos desse tipo de serviço público.

Muito obrigado.

(Assume a presidência, o senhor deputado Tadeu Lúcio Machado).

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) — Continua em discussão o requerimento do senhor deputado Sérgio Spada.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Para discutir, senhor

presidente.

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 117 e 130/83.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) — Para discutir, concedo a palavra ao senhor deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Senhor presidente, senhores deputados.

Na qualidade de vereador durante 14 anos, à Câmara Municipal de Curitiba e tendo durante esses anos todos debatido exaustivamente com meus Pares na Câmara Municipal, o assunto relativo ao controle no estacionamento de veículos particulares nas vias públicas de nossa Capital, eu gostaria que esse requerimento que o meu nobre companheiro Sérgio Spada apresentou à consideração desta Casa, hoje, tivesse sido objeto de discussão conosco, com a bancada de deputados estaduais de Curitiba para que a gente pudesse, quem sabe, encaminhar o assunto de forma diferente.

Porque o assunto é extremamente polêmico, e esta polêmica eu gostaria de aqui transmitir a toda a Casa, historiando desde o tempo em que Jaime Lerner queria monopolizar esse controle em mãos de empresas privadas pela implantação dos parquímetros, que nós conseguimos abortar na Câmara Municipal.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, eu endosso as últimas palavras do senhor deputado Nilso Sguarezi, no sentido de que esse requerimento seja transformado num voto de aplausos ao vereador que teve a iniciativa de um projeto de lei que proporcionaria a discussão do assunto.

Mas, deixo isso inclusive, senhor presidente, para outra oportunidade.

Abro mão do tempo que me é destinado para discutir a matéria, esperando que o senhor deputado Sérgio Spada compreenda que tem, como companheiros de bancada, não só este deputado que agora fala, mas outros senhores deputados de Curitiba que poderiam muito bem ajudar sua excelência, a bem interpretar os anseios da população de Curitiba.

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) — Continua em discussão o requerimento do senhor deputado Sérgio Spada.— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimetal, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — da Proposição n.º 101/83.

EM VOTAÇÃO — 2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 83, 212 e 234/83.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 178/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 94, 95 e 96.

Levanta-se a sessão.

### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1.º DE DEZEMBRO DE 1983.

QUINTA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Nestor Baptista, secretariada pelos senhores deputados Gernote Kirinus e Dirceu Manfrinato.

Às dezessete e trinta horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Bufara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

9 senhores deputados a aprovam; nenhum senhor deputado a rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.